Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e relatório dos auditores independentes

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	29
Balanço patrimonial	34
Demonstração do resultado	36
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	37
Demonstração dos fluxos de caixa	38
Demonstração do valor adicionado	40
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	41
Conselho de Administração	116
Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis	117
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes	118
Orçamento de capital	119

Destaques de 2020

Destaques Financeiros e Operacionais	2018	2019	2020	2020 x 2019
Volume Transportado (TU milhões)	174,6	146,9	159,8	8,8%
Receita Operacional Bruta (R\$ milhões)	4.083,6	3.483,7	3.890,2	11,7%
Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)	3.726,4	3.200,8	3.605,0	12,6%
EBITDA (R\$ milhões)	1.543,2	1.963,9	2.012,9	2,5%
Margem EBITDA (%)	41,4%	61,4%	55,8%	-5,6pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	521,6	503,4	430,3	-14,5%
Dívida Bruta (R\$ milhões)	2.474,9	3.006,9	2.872,8	-4,5%
Dívida Líquida (R\$ milhões)	2.128,9	2.336,6	1.666,4	-28,7%
Dívida Líquida/EBITDA (x)	1,38x	1,19x	0,83x	-0,36x

Em um ano com desafios expressivos como o de 2020, devido aos efeitos causados pela pandemia do Covid-19, a MRS manteve sua trajetória de crescimento.

Frente à estratégia de sustentabilidade do seu negócio, a MRS encerrou o ano de 2020 com 159,8 milhões de toneladas transportadas, registrando aumento de 8,8% em relação ao ano anterior. Este aumento deve-se, principalmente, ao crescimento do transporte de minério para o mercado externo, recuperação do mercado interno e ao Trem Não Tripulado (TNT), como importante alavanca para atendimento à demanda do minério.

Com o novo modelo de circulação do terminal do Andaime através da operação do Trem Não Tripulado (TNT), o *Transit Time* do minério de ferro, indicador que calcula o tempo de transporte (da origem até o destino) da principal carga da Companhia, atingiu 20,07 horas, aumento em relação ao ano de 2019.

Reforçando a importância de um bom desempenho nos indicadores de segurança, a meta de acidentes firmada junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT - foi cumprida. O indicador (acidentes/milhão.trem.km) ficou 3,75% abaixo do que havia sido definido para o ano 2020. Este resultado reflete os investimentos constantes em segurança operacional e campanhas de conscientização realizadas ao longo dos anos.

O EBITDA no período apresentou um crescimento de 2,5% quando comparado ao resultado de 2019, alcançando o resultado de R\$2,0 bilhões. com margem de 55,8%.

Resultados Comerciais e Operacionais

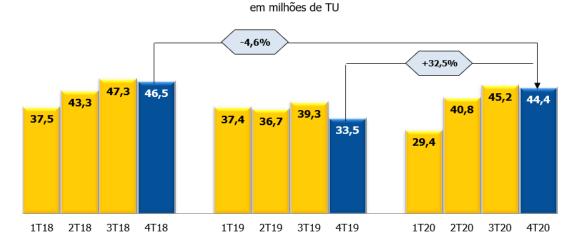
Resultados Comerciais e Operacionais

A MRS Logística atua, principalmente, no transporte de insumos e produtos relacionados à indústria siderúrgica, tais como minério de ferro, carvão e coque, tanto para atendimento ao mercado interno quanto para exportação, e no transporte de Carga Geral, que engloba as *commodities* agrícolas, produtos siderúrgicos, contêineres, entre outros, em uma malha ferroviária com mais de 1.643 km, nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Volume Transportado TU Milhares	4T20	4T19	4T20 x 4T19	3T20	4T20 x 3T20	2020	2019	2020 x 2019
Mineração	28.630	18.448	55,2%	27.908	2,6%	98.167	87.464	12,2%
Minério de Ferro	28.103	17.957	56,5%	27.354	2,7%	95.674	85.164	12,3%
Exportação	25.266	15.081	67,5%	24.683	2,4%	84.129	74.130	13,5%
Mercado Interno	2.837	2.876	-1,3%	2.671	6,2%	11.545	11.034	4,6%
Carvão e Coque	528	492	7,3%	554	-4,7%	2.493	2.301	8,3%
Carga Geral	15.765	15.059	4,7%	17.257	-8,6%	61.651	59.402	3,8%
Produtos Agrícolas	10.186	9.686	5,2%	11.916	-14,5%	40.960	38.538	6,3%
Produtos Siderúrgicos	1.680	1.631	3,0%	1.485	13,1%	6.097	7.089	-14,0%
Contêineres	620	631	-1,8%	528	17,4%	2.226	2.406	-7,5%
Construção Civil	488	513	-4,8%	566	-13,8%	2.025	2.049	-1,2%
Outros	2.791	2.598	7,4%	2.761	1,1%	10.343	9.320	11,0%
Total	44.395	33.508	32,5%	45.165	-1,7%	159.817	146.866	8,8%

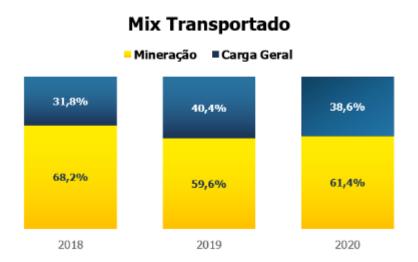
No ano de 2020, o volume total transportado pela Companhia foi de 159,8Mt, apresentando um aumento de 8,8% em relação ao ano de 2019. Ao analisarmos o 4T20x3T20, o volume foi 1,7% inferior, impactado, principalmente, pela queda do transporte de produtos agrícolas.

Resultados Trimestrais - Volume Transportado



A MRS apresentou, por mais um ano, recorde anual no volume de transporte em Carga Geral, atingindo 61,7Mt, um crescimento de 3,8% quando comparado ao último recorde, registrado em 2019. Os números alcançados por esse grupo no 4T20 também são os melhores para um quarto trimestre, atingindo 15,8 Mt, um acréscimo de 4,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Com relação ao Mix Transportado, o Grupo Carga Geral continua com uma boa representatividade, respondendo por 38,6% do resultado final de 2020, apesar dos impactos sofridos por diversos segmentos decorrentes da pandemia Covid-19. A participação do Grupo Mineração cresceu frente ao ano anterior, justificada principalmente pela consolidação da operação com o Trem Não Tripulado (Terminal do Andaime-MG), pela continuidade da alta demanda por minério de ferro no mercado externo e, ao contínuo aumento do preço da *commodity* no mercado internacional.



Mineração

O transporte de minério de ferro, carvão e coque apresentou crescimento de 12,2%, no ano de 2020, em relação ao resultado de 2019, bem como melhora na *performance* de 55,2% confrontando o 4T20 com 4T19 e, de 2,6% comparando o 4T20 com o período imediatamente anterior.

Volume Transportado TU Milhares	4T20	4T19	4T20 x 4T19	3T20	4T20 x 3T20	2020	2019	2020 x 2019
Mineração	28.630	18.448	55,2%	27.908	2,6%	98.167	87.464	12,2%
Minério de Ferro	28.103	17.957	56,5%	27.354	2,7%	95.674	85.164	12,3%
Exportação	25.266	15.081	67,5%	24.683	2,4%	84.129	74.130	13,5%
Mercado Interno (A)	2.837	2.876	-1,3%	2.671	6,2%	11.545	11.034	4,6%
Carvão e Coque (B)	528	492	7,3%	554	-4,7%	2.493	2.301	8,3%
Subtotal Mercado Interno (A) + (B)	3.365	3.367	-0,1%	3.225	4,3%	14.038	13.335	5,3%

Minério de Ferro - Exportação

O resultado do 4T20 configurou-se como o melhor trimestre de 2020, apontando um aumento de 2,4% frente ao 3T20. Em linha com o avanço observado, o volume anual registrou um incremento de 13,5% quando comparado ao ano anterior, motivado principalmente por: (i) recuperação de parte do volume proveniente de minas que sofreram interdição após a tragédia de Brumadinho; (ii) aproveitamento das condições mercadológicas com a alta da demanda e da valorização da *commodity* no mercado internacional e (iii) redução do índice de chuvas em relação ao observado no 1T20, que contribuiu com o aumento da demanda por transporte por parte dos principais clientes e pela melhora das condições operacionais relacionadas à produção de minério de ferro em MG, além das operações portuárias.

O volume total transportado neste segmento em 2020 foi de 84,1Mt, o que representa 85,7% do Grupo Mineração e 52,6% do volume total transportado pela MRS.

Minério de Ferro, Carvão e Coque - Mercado Interno

O transporte de minério de ferro, carvão e coque no mercado interno, apresentou um crescimento de 5,3%, com volume transportado no ano de 14,0Mt, em relação ao ano de 2019, que foi de 13,3Mt. Apesar do ano ter sido caracterizado pela crise, além da parada do alto forno de um importante cliente (jun-nov/20), as operações *full* retornaram em meados de novembro/20, frente à recuperação do mercado. Como consequência, a MRS encerrou o ano com saldo positivo. Vale ressaltar que este mesmo cliente, no ano de 2019, parou seu maior alto forno com a finalidade de manutenção, fato este que também impactou os volumes de 2019.

Carga Geral

O transporte de Carga Geral, que engloba as *commodities* agrícolas, produtos siderúrgicos, contêineres, entre outros, apresentou aumento de 3,8% em 2020, em relação ao volume realizado em 2019, de 61,7Mt. Este aumento foi impactado, principalmente, pelos segmentos de Produtos Agrícolas e Ouras Cargas, detalhados a seguir.

Produtos Agrícolas

Volume Transportado TU Milhares	4T20	4T19	4T20 x 4T19	3T20	4T20 x 3T20	2020	2019	2020 x 2019
Produtos Agrícolas	10.186	9.686	5,2%	11.916	-14,5%	40.960	38.538	6,3%
Milho	4.962	5.393	-8,0%	6.455	-23,1%	12.161	14.511	-16,2%
Açúcar	4.025	2.417	66,5%	3.636	10,7%	12.008	8.405	42,9%
Soja	-	590	-	466	-	12.053	10.733	12,3%
Farelo de Soja	1.198	1.286	-6,8%	1.358	-11,8%	4.738	4.888	-3,1%

Os produtos agrícolas transportados pela MRS são: açúcar, farelo de soja, soja e milho. O resultado crescente deste segmento vêm sendo uma constante no decorrer dos últimos anos. Comparando o resultado de 2020 com 2019, houve um aumento de 6,3%, representando 66,4% do volume total transportado do Grupo Carga Geral em 2020, sendo majoritariamente impulsionado pelas outras ferrovias.

O transporte de açúcar apresentou crescimento de 42,9% em 2020, devido, principalmente, à inversão da matriz de destinação da cana-de-açúcar para produção de açúcar e etanol. Nos últimos anos, a safra de cana foi destinada em maior quantidade para a produção do etanol, o que foi alterado em 2020, em função das medidas de isolamento social, que fizeram o consumo por combustíveis cair de forma bastante drástica. Junta-se a isso, a desvalorização do Real, que tornou o preço do açúcar no mercado internacional bastante competitivo para o produtor brasileiro.

O desempenho favorável da soja deve-se, especialmente, a safra recorde da commodity e a desvalorização do Real frente a outras moedas, que tornaram a produção atrativa, em adição à elevada demanda externa (China) pelo grão, tendo em vista a sua estratégia de segurança alimentar frente aos potenciais riscos de desabastecimento global que poderiam ser gerados pela pandemia da Covid-19.

Produtos Siderúrgicos

Volume Transportado TU Milhares	4T20	4T19	4T20 x 4T19	3T20	4T20 x 3T20	2020	2019	2020 x 2019
Produtos Siderúrgicos	1.680	1.631	3,0%	1.485	13,1%	6.097	7.089	-14,0%

O transporte de produtos siderúrgicos apresentou uma redução de 14,0% em 2020 (6,1Mt) em relação ano de 2019 (7,1Mt). Impactado pela pandemia da Covid-19, este setor permaneceu sem atividade, com a paralisação de grandes equipamentos e com redução de jornadas de trabalho, alavancado por ações de isolamento social.

No 4T20, o transporte de produtos siderúrgicos apresentou crescimento de 3% e 13%, em relação ao 4T19 e 3T20, respectivamente, devido à recuperação do setor da construção civil, o aumento da demanda de produtos da linha branca, além da melhoria nas vendas da indústria automobilística, no final de 2020 e, com medidas menos restritivas para o isolamento social, com boa parte dos clientes da MRS retomando suas atividades/operação.

Contêineres

Volume Transportado TU Milhares	4T20	4T19	4T20 x 4T19	3T20	4T20 x 3T20	2020	2019	2020 x 2019
Contêineres	620	631	-1,7%	528	17,4%	2.226	2.406	-7,5%

Ainda no grupo de transporte de carga geral, o segmento do transporte de contêineres contempla cargas transportadas pela MRS e as cargas de outras ferrovias (remuneradas pelo direito de passagem). Este segmento de transportes apresentou uma redução de 7,5% no ano de 2020 em comparação a 2019, devido às condições mercadológicas geradas pela pandemia, e recuperação de 17,4% entre os períodos do 4T20x3T20, reflexo da recuperação da economia.

A divisão referente ao volume de transporte de contêineres carga própria manteve-se a cada trimestre de 2020 superando os resultados de 2019, finalizando o ano com um crescimento de 4,1%, sendo justificado pelas principais iniciativas: (i) 65,4% de aumento nos volumes da rota Santos-Vale do Paraíba em conjunto com o desenvolvimento da rota RJ-Vale do Paraíba, que reforçam a consolidação dos investimentos feitos pela MRS na aplicação de soluções multimodais voltadas tanto para os portos do RJ quanto Santos, (ii) rota RJ-RJ com um crescimento expressivo de 88,2%, sendo explicado pela negociação de novos volumes para o atendimento do polo industrial das regiões de Porto Real e Resende-RJ e, (iii) pelo atendimento a novos clientes através da consolidação da multimodalidade tanto nos portos do RJ, quanto de Itaguaí.

Construção Civil

Volume Transportado TU Milhares	4T20	4T19	4T20 x 4T19	3T20	4T20 x 3T20	2020	2019	2020 x 2019
Construção Civil	488	513	-4,9%	566	-13,8%	2.025	2.049	-1,2%

O segmento de transporte de construção civil apresentou redução entre os anos de 2020 e 2019, de -1,2%, impactada pela queda nas vendas nos primeiros meses de pandemia e instabilidade na produção de cimento. Esta redução foi atenuada pelos esforços realizados pela MRS, com a prospecção de novos clientes, a renegociação de rotas inoperantes, a melhoria de performance operacional e ao aumento de *share* nos clientes atuais.

Outros

Volume Transportado TU Milhares	4T20	4T19	4T20 x 4T19	3T20	4T20 x 3T20	2020	2019	2020 x 2019
Outros	2.791	2.598	7,4%	2.761	1,1%	10.343	9.320	11,0%

Em 2020, a MRS transportou 10,3Mt no segmento outros, representando um crescimento de 11,0% em relação a 2019. Corroboraram para esse resultado, principalmente: (i) o transporte de ferro gusa para exportação, com o aumento de 30,8%, totalizando 1,9Mt transportadas. Este crescimento é explicado pelo esforço comercial e operacional da MRS na captação de novos clientes, com o aumento da capacidade dos terminais, o desenvolvimento de novos terminais, o aumento da frota ferroviária, bem como a capacidade de descarga no Porto do Rio de Janeiro, possibilitando a negociação de navios extras pelos clientes; (ii) as condições mercadológicas de preço, câmbio e baixo consumo no mercado interno favoreceram positivamente o mercado de exportação que atualmente está em sua grande parte destinado ao mercado chinês; (iii) ao crescimento de 71,3% no transporte de adubos e fertilizantes por outras ferrovias e; (iv) a elevação de 29,9% no transporte de enxofre pela MRS e outras ferrovias.

Resultados Operacionais

A MRS acompanha o seu indicador de eficiência energética por meio da medição da quantidade de litros consumidos no transporte de 1.000 toneladas brutas reais em um quilômetro (litros por mil TKB). O indicador global apura a eficiência combinada dos três principais grupos de carga, que possuem características diferentes de atendimento: Minério, Agrícolas e Demais Carga Geral.

Em 2020, o indicador de eficiência energética das locomotivas atingiu a marca de 2,468 L/kTKB, uma melhora de 0,7% em relação ao ano de 2019, sendo impactado pelos principais fatores:

- redução de consumo de combustível nos trens de minério, devido ao aumento da velocidade dos trens em pontos chaves da ferrovia (reduzindo a complementação da energia do trem através da combustão) e do aprimoramento da condução pelos maquinistas, tornando-a mais padronizada;
- melhorias implantadas nos trens de carga geral, aumentando o peso dos trens de produtos agrícolas por meio da utilização de locomotivas mais eficientes (modelo AC-44) e redução no consumo de diesel em outros trens pela junção de composição de minério com carga geral, permitindo uma operação mais econômica das locomotivas.

Apesar da melhoria do indicador, tivemos alguns eventos que limitaram uma melhor performance:

- aumento do consumo de diesel para a retomada das operações no terminal do Andaime, inacessível desde o evento de Brumadinho em 2019. A retomada de circulação dos trens para o Andaime exige uma operação diferenciada com a circulação do Trem Não Tripulado em uma região onde há risco de rompimento de barragem.
- menor representatividade do volume de minério em 2020 (comparado a 2018, eficiência energética recorde pré-Brumadinho) também onera indicador, pois o grupo de carga do minério é o que possui melhor eficiência energética.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução da eficiência global:

2.50

2018

Eficiência Energética X Porcentagem de Minério Eficiência Energética (L/kTKB) 2,514 -0,7% 2,490 2,446 2,468 2,485 Porcentagem de Minério em TKB(%) 82% 84% 87% 84% 78% 2016 2017 2018 2019 2020 Consumo de Diesel (L/kTKB) -0.9%

2,485

2019

2,468

2020

O *Transit Time* do minério de ferro – calcula o tempo que se leva no transporte da carga desde a origem até o destino – obteve em 2020 uma elevação no resultado explicado majoritariamente pelo impacto do novo modelo de circulação para atendimento ao terminal do Andaime através da operação do Trem Não Tripulado. Nesse novo modelo para o trem transpor a Zona de Auto Salvamento (ZAS) da Barragem Forquilha III de forma não tripulada é preciso cumprir um protocolo técnico e de segurança que reduz a velocidade média da composição.

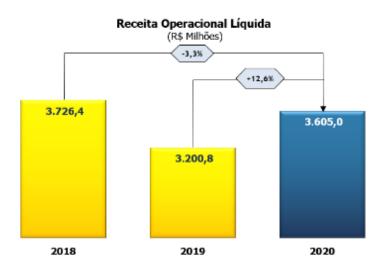


Resultados Econômicos e Financeiros

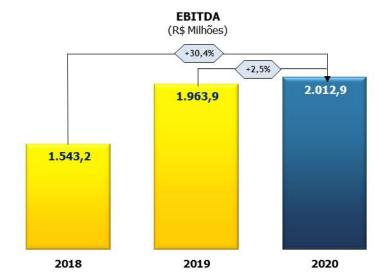
Resultados	4T20	4T19	4T20 x 4T19	3T20	4T20 x 3T20	2020	2019	2020 x 2019
Receita Bruta (R\$ milhões)	1.064,1	772,4	37,8%	1.081,8	-1,6%	3.890,2	3.483,7	11,7%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	24,0	23,1	3,8%	23,9	0,2%	24,0	23,7	1,1%
Receita Líquida (R\$ milhões)	990,4	701,7	41,1%	1.011,4	-2,1%	3.605,0	3.200,8	12,6%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	22,3	20,9	6,7%	22,4	-0,4%	22,6	21,8	3,5%
EBITDA (R\$ milhões)	680,0	409,2	66,2%	552,7	23,0%	2.012,9	1.963,9	2,5%
Margem EBITDA (%)	68,7%	58,3%	10,4pp	54,6%	14,1pp	55,8%	61,4%	-5,6pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	226,8	87,1	160,4%	148,6	52,7%	430,3	503,4	-14,5%
Dívida Líquida/EBITDA¹ (x)	0,83x	1,19x	-0,36x	1,01x	-0,18x	0,83x	1,19x	-0,36x

¹ EBITDA acumulado nos últimos 12 meses. O *covenant* foi detalhado no capítulo endividamento deste *release*.

- **I. Receita Líquida:** Incremento de R\$404,2 milhões, reflexo, principalmente, da recuperação do volume, especialmente no segmento de mineração para exportação, com aumento de 13,5% frente ao volume de 2019.
- II. Custos e Despesas: Aumento de R\$35,4 milhões, em relação ao verificado em 2019. Este resultado decorre, principalmente: (i) do aumento no volume de transporte, (ii) das ações de combate ao Covid-19, (iii) além dos gastos com a diferenciada operação do Trem Não Tripulado na zona de autosalvamento, contudo, atenuado pela redução do preço do diesel, devido à queda de demanda por combustíveis ocasionada pela pandemia global.
- III. Outras Receitas e Despesas Operacionais: A queda de R\$319,8 milhões em 2020 deve-se, principalmente, à redução no valor da receita referente às cláusulas previstas nos contratos de longo prazo da Companhia (take or pay) em comparação a 2019, e menores provisões jurídicas no âmbito trabalhista.

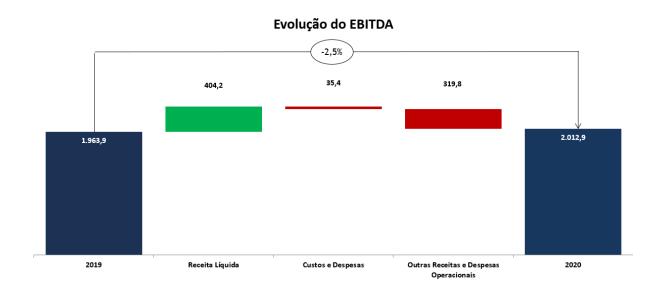


EBITDA



O EBITDA de 2020 apresentou crescimento de 2,5% quando comparado a 2019, atingindo R\$2.012,9 milhões, com Margem EBITDA de 55,8%, redução de 5,6 p.p. em comparação ao ano anterior.

A seguir, demostramos a evolução do EBITDA de forma mais detalhada:



Endividamento

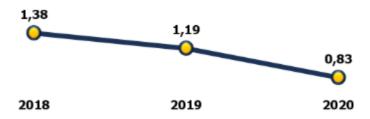
Em R\$ milhões	4T20	4T19	4T20 x 4T19	3T20	4T20 x 3T20
Dívida Bruta¹	2.873,5	3.006,9	-4,4%	3.038,8	-5,4%
Dívida Bruta em reais	2.297,4	2.445,1	-6,0%	2.463,3	-6,7%
Dívida Bruta em dólares americanos ²	576,1	561,8	2,6%	575,5	0,1%
Caixa ²	1.206,5	670,3	80,0%	1.492,7	-19,2%
Dívida Líquida	1.667,0	2.336,6	-28,7%	1.758,3	-5,2%
EBITDA ³	2.012,9	1.963,9	2,5%	1.742,1	15,5%
Dívida Líquida/EBITDA (x) ³	0,83x	1,19x	-0,36x	1,01x	-0,18x

¹ A diferença em relação à soma das linhas de Empréstimos e Financiamentos (Balanço) corresponde aos Custos de Transação e Incorpora o valor justo dos instrumentos derivativos; 2 Inclui Caixa Restrito; 3 EBITDA acumulado 12 meses (resultado não ajustado, ou seja, considerando os eventos não-recorrentes).

A Dívida Bruta da Companhia em 2020, apresentou uma leve queda se comparada a 2019, encerrando o período em R\$2.873,5 milhões. Essa retração pode ser explicada pelo menor volume de captações no ano de 2020.

Em 2020, a Companhia realizou captações de recursos, no valor total de R\$511,7 milhões, por meio: (i) da emissão da Cédula de Crédito Bancário (CCB) no montante de R\$150,0 milhões, (ii) da operação 4131 no volume de R\$350,0 milhões e (iii) financiamento com o BNDES de R\$ 11,7 milhões. Tais recursos foram captados para reforço do caixa da Companhia e para o alongamento do perfil da dívida. Em contrapartida, no período houve a liquidação de duas operações junto ao Banco MUFG, que somaram R\$ 335,5 milhões.

Dívida Líquida/EBITDA (x)



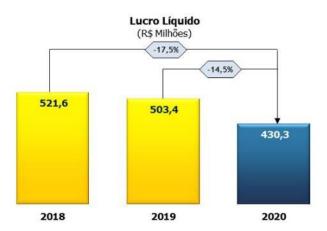
O indicador de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA, reduziu de 0,36x em relação a 2019, finalizando o período de 2020 em 0,83x. A boa *performance* do indicador foi reflexo do foco sustentável na gestão de recursos, baixa alavancagem e bom desempenho operacional.

Na tabela, a seguir, podem ser verificadas as conciliações do EBITDA Recorrente utilizadas no cálculo dos *covenants*.

Conciliação do EBITDA (R\$ milhões)	4T20	4T19	4T20 x 4T19	3T20	4T20 x 3T20	2020	2019	2020 x 2019
Lucro Líquido	226,8	87,1	160,3%	148,6	52,6%	430,3	503,4	-14,5%
(+) Tributos sobre o Lucro	108,2	38,8	178,9%	76,1	42,1%	216,3	254,4	-15,0%
(+) Depreciação e Amortização	248,0	236,5	4,9%	246,7	0,5%	1.049,9	921,2	14,0%
 (-) Depreciação Direito de Uso (contratos arrendamento)² 	(74,4)	(69,6)	6,8%	(69,8)	6,5%	(281,6)	(265,3)	6,1%
(+) Resultado Financeiro Líquido	96,9	46,8	107,1%	81,3	19,1%	316,4	284,9	11,1%
(-) Encargos Financeiros AVP (contratos arrendamento) ²	(40,9)	(39,3)	4,0%	(36,0)	13,6%	(152,0)	(167,6)	-9,3%
(=) EBITDA Recorrente ¹	564,7	300,2	88,1%	446,9	26,4%	1.579,3	1.531,0	3,2%

¹ Condição mais restritiva assumida com credores

Lucro Líquido



Além do EBITDA, o Lucro Líquido também foi impactado pela alteração da vida útil econômica dos principais grupos de ativos da Companhia. Com essa mudança em 2020, houve um incremento de R\$129 milhões no custo de depreciação.

 $[{]f 2}$ As informações detalhadas podem ser encontradas nas Notas Explicativas 14.2 e 32

Demonstração do Fluxo de Caixa

A geração de caixa em 2020 foi de R\$538,2 milhões. O saldo de caixa, ao final de 2020, foi de R\$1.206,5 milhões, resultado superior ao verificado no fechamento de 2019, de R\$668,3 milhões. Esta variação foi influenciada pelo recebimento de mecanismo de proteção contratual (*take or pay*) com partes relacionadas.

Demonstração do Fluxo de Caixa - R\$ Milhões	2020	2019
Caixa no início do período	668,3	276,7
Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	646,6	757,7
Depreciação e amortização	1.049,9	921,2
Variação monetária, cambial e encargos financeiros	363,7	382,9
Valor Residual do Imobilizado/ Invest. Perm. Baixado	41,4	56,5
Provisão	47,6	121,3
Outros	19,4	13,7
Lucro Líquido Base Caixa	2.168,6	2.253,3
Variações nos ativos e passivos	(166,6)	(1.147,4)
Contas a receber	460,0	(591,8)
Estoques	(18,1)	(10,0)
Caixa restrito	2,1	67,9
Impostos a recuperar	28,5	(25,6)
Fornecedores	(34,2)	(19,3)
Obrigações fiscais	(109,2)	67,2
Pagamento de tributos sobre o lucro	(288,9)	(280,0)
Obrigações sociais e trabalhistas	(14,1)	(2,0)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(135,0)	(144,1)
Pagamento de juros sobre direito de uso	(152,0)	(160,0)
Outros	94,3	(49,7)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	2.002,0	1.105,9
Atividades de Investimento	(822,4)	(656,8)
Imobilizado	(795,3)	(645,7)
Intangível	(27,1)	(13,3)
Recurso proveniente da alienação de bens do ativo imobilizado	-	2,2
Atividades de Financiamento	(641,4)	(57,5)
Captações	511,7	280,5
Debêntures	-	650,0
Pagamentos	(667,0)	(521,8)
Direito de Uso	(247,1)	(218,5)
Dividendos pagos	(239,0)	(247,7)
Caixa no Final do Período	1.206,5	668,3
Geração de Caixa	538,2	391,6

Projetos e Investimentos

Em 2020, a MRS investiu R\$785,0 milhões, priorizando as iniciativas de investimentos essenciais à manutenção da produção e sustentabilidade do negócio.

Investimentos 2020	R\$ Milhões
Via Permanente¹	433,0
Material Rodante ²	253,5
Sistemas de Eletrônica	15,8
Programa SMS ³	16,1
Diversos	66,7
Total	785,0

¹ Expansão, confiabilidade, infraestrutura e modernização de via permanente

A seguir, são detalhados os principais investimentos realizados em 2020:

- Expansão da via permanente e pátios: mantida a estratégia de priorizar os investimentos voltados para os fluxos de Carga Geral, destacando a conclusão da sinalização definitiva do TIPLAM e o início da sinalização da Margem Esquerda de Santos. Investimentos de recapacitação da via permanente tanto na Baixada quando no trecho Itirapina-Pederneiras e andamento das iniciativas para atendimento de novas cargas de carga geral, com destaque para início das obras de um novo terminal de cargas em Pederneiras.
- Confiabilidade de infraestrutura: continuação do plano de intervenções preventivas ao longo da via com execução de 23 obras de contenções, 11 intervenções/substituições de pontes e recuperação de 1 túnel, as quais visam minimizar os riscos associados à confiabilidade do trecho.
- Material rodante: no ano de 2020 foram realizados estudos e aprofundamentos nos modelos de ativos disponíveis no mercado, sendo iniciada a compra (com entrega prevista para 2021) de vagões GDT, PCT e outros modelos de vagões para protótipos. Além disso, destaca-se a aquisição de 5 locomotivas da *Progress Rail* para atendimento ao volume de 2021 e realização de testes com este novo modelo de locomotiva. Além destas frentes, foram iniciadas adequações em vagões HAT para aumento do volume por vagão (171 vagões adaptados).
- Modernização de ativos: realizadas intervenções em locomotivas, vagões, e na malha ferroviária, visando aumentar os níveis de confiabilidade e disponibilidade dos ativos, permitindo melhorar a eficiência e otimização das operações ferroviárias.
- Projetos tecnológicos: destaques para (i) início do projeto para implantação do novo sistema ERP (SAP) e desenvolvimento de sistemas de TI com foco nos processos da operação da Companhia, (ii) investimento em tecnologia para aperfeiçoamento da operação e manutenção na região de autosalvamento em Minas (próximos às barragens com risco de rompimento) e (iii) início do desenvolvimento de controle remoto para manobra de locomotivas em pátios.

² Aquisição, confiabilidade e modernização de material rodante

³ Investimento em Saúde, Meio ambiente e Segurança

Recursos Humanos

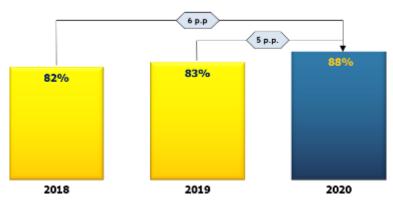
Clima Organizacional

Em relação ao processo de Gestão de Clima Organizacional, a MRS permanece com os esforços contínuos para construção de melhorias no ambiente de trabalho, proporcionando resultados positivos no quesito "Favorabilidade de Clima", que atingiu a marca de 87,6% em 2020.

Nesse ano de 2020 foi incluído um quinto fator, denominado "Cenário Contemporâneo", composto por 9 perguntas extras que avaliam a percepção dos colaboradores frente às atitudes da Companhia e de seus gestores, em temas como assédio, diversidade e inclusão e o atual cenário da pandemia Covid-19.

Evolução do Clima Organizacional

Índice de Favorabilidade - Pesquisa de Clima



A Pesquisa de Clima é realizada com todos os colaboradores, que respondem a 64 perguntas sobre os temas: Identidade, Liderança, Satisfação / Motivação e Aprendizagem/Desenvolvimento.

A MRS, ao final de 2020, contou com a colaboração de 5.851 colaboradores, sendo aproximadamente 86% ligados à operação ferroviária. Desse efetivo, 56% estavam lotados no Estado de Minas Gerais, 22% no Estado de São Paulo e 22% no Estado do Rio de Janeiro. A idade média dos colaboradores é de 37 anos e a participação feminina tem sido crescente, atualmente, respondendo por 11,6% do efetivo total da Companhia. Em 2020, houve um aumento de 16,7% no quadro de portadores de necessidades especiais (PCD's) da Companhia. Durante o ano foram realizadas 896 promoções, que representam 81% de aumento em relação a 2019, reforçando a política de valorização dos colaboradores.

Desenvolvimento de RH

A MRS segue investindo na formação, qualificação, aperfeiçoamento e especialização dos seus colaboradores, com treinamentos de segurança operacional e pessoal, além de cursos para qualificação e aperfeiçoamento das atividades exercidas nos mais diversos cargos e no ano de 2020 foram, em média, uma carga horária média de 36,6 horas/aula para cada aluno/empregado.

Os colaboradores da MRS contam, também, com o Programa de Incentivo à Educação, onde é custeada pela MRS uma parte das mensalidades dos cursos de formação e aperfeiçoamento, como os de graduação, pós-graduação, ensino-técnico e cursos de idiomas. Em 2020, 444 colaboradores se formaram ou deram continuidade aos seus estudos por meio deste programa.

Reafirmando o compromisso de desenvolvimento profissional dos colaboradores, a MRS iniciou, em 2020, para 89 colaboradores, o Programa de Formação da Liderança em parceria com a *FIA Business School*, capacitando os colaboradores na tomada de decisões de forma ágil e alinhada às estratégias de negócio da Companhia. Além disso, a Academia MRS, em parceria com outras instituições, ministrou também os cursos de Formação em Operação Ferroviária para 98 alunos, junto ao sistema SENAI de Ensino e Aprendizagem Industrial, que ofereceu 89 novas vagas de ensino, nos estados de MG/RJ/SP. FIEMG/FIRJAN/FIESP.

Saúde Ocupacional

A MRS se preocupa constantemente com seu potencial humano e o apoia, continuamente, na busca da integralidade de sua saúde, com ações de promoção à saúde, bem-estar físico e emocional e, de prevenção ao adoecimento, bem como aos seus familiares dependentes. E a pandemia da Covid-19 reforçou esse cuidado.

Com esse olhar, no decorrer do ano de 2020, a MRS desenvolveu várias ações, dentre as quais: Campanhas de Qualidade de Vida; Iniciativas de enfrentamento à Covid-19; Campanha de Vacinação anti-Gripal para Colaboradores e Dependentes; Prevenção ao adoecimento cardiovascular e suas consequências; Programa de Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e outras Drogas – PPAD; PCA - Programa de Conservação Auditiva; Mamãe MRS; Exames ocupacionais periódicos, além de exames periódicos.

Em complemento às ações mencionadas, em 2020, em modelo remoto, os colaboradores da MRS participaram de um importante trabalho de incentivo à mudança de mentalidade voltada à qualidade de vida e bem-estar, principalmente no que tange a adaptação ao Novo Normal e ao modelo de trabalho em *home office*.

A MRS oferece, ainda, benefícios que incentivam à prevenção e tratamentos de saúde, quais sejam: Plano de Saúde; Plano Odontológico; Convênios.

Relações Institucionais

Relacionamento com a Administração Pública e a Comunidade

Em meio a um ano atípico como 2020, devido à pandemia de Covid-19, a MRS manteve suas ações de relacionamento junto às comunidades do entorno da ferrovia, por meio de parcerias estabelecidas com lideranças e Governos Municipais, respeitando as recomendações de distanciamento social.

Deste modo, os processos para tratamento de possíveis impactos da ferrovia para as comunidades e desenvolvimento de parcerias, foram realizados à distância, pelas equipes regionais, que atuam de forma sistêmica, em um processo designado "Metodologia de Diálogo", que tem como objetivo promover soluções para as mais diversas demandas da comunidade e da Administração Pública. Essas ações resultaram na construção e na revitalização de áreas de lazer, ações de mobilidade urbana e iluminação de áreas públicas do entorno da ferrovia e instalação de dezenas de coletores de resíduos, em vários municípios dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, dentre outras iniciativas.

Anualmente, a MRS realiza o evento "Espaço Aberto: MRS e Comunidade" no qual apresenta para as principais lideranças regionais um conjunto de ações e investimentos realizados com o objetivo de reduzir os impactos da operação ferroviária e melhorar a convivência com a ferrovia, que em 2020, não foi realizado devido à pandemia da Covid-19. Porém, principais lideranças da comunidade e representantes da Administração Pública se encontravam com acesso direto (por telefone, e-mail e aplicativo de mensagens) às equipes de Relações Institucionais responsáveis.

As reuniões promovidas junto aos gestores para tratamento de demandas e os encontros pontuais com objetivo de estreitar o relacionamento, estimular o diálogo e buscar soluções compartilhadas foram mantidos, presencialmente, respeitando as recomendações de segurança, ou virtualmente. Em 2020, 118 encontros foram realizados junto a lideranças comunitárias, representantes da Administração Pública e da Câmara de Vereadores de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Ações para Prevenção de Acidentes

Em 2020, as ações para prevenção de acidentes, relacionadas diretamente às comunidades, em atividades presenciais, foram profundamente comprometidas pelo cenário pandêmico e a necessidade de adoção de medidas de distanciamento social. A principal estratégia adotada pela MRS, neste período, foi a realização de campanhas e informativos digitais, por meio de mídias sociais e aplicativos de mensagens. As ações realizadas com foco nas comunidades que apresentam maior incidência de acidentes somaram a participação de 6.200 pessoas, entre adultos, crianças e adolescentes, e abrangeram 20 municípios.

Ainda, como estratégia alternativa para abordagem das recomendações de segurança junto às comunidades, garantindo o distanciamento social, a MRS realizou a entrega de materiais educativos para o público infantil, juntamente às doações de Natal. Estima-se que a ação beneficiou 3.790 crianças e adolescentes de forma direta, e potencialmente a mais de 16.000 pessoas, considerando os familiares.

Projetos Sociais, Culturais e Esportivos

Por meio do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), a MRS apoiou 12 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, beneficiando inúmeros projetos, além de 6 Conselhos Municipais dos Direitos dos Idosos. A Companhia também patrocinou 17 projetos culturais por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura e 3 projetos esportivos através da Lei de Incentivo ao Esporte. Em 2020, a MRS deu continuidade à utilização dos recursos incentivados pelas Leis do PRONON (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica) e PRONAS (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência), que foram direcionados para 2 projetos. Os investimentos socioculturais e esportivos totalizaram R\$7,8 milhões em 2020.

Covid-19

Com objetivo de apoiar os municípios de sua abrangência no combate aos impactos sociais da pandemia, a MRS realizou a doação de 15 mil cestas básicas e 15 mil kits de higiene para 39 municípios dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, entre os meses de abril e junho de 2020, em atuação solidária, para o apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade. Todas as doações, que contemplaram a distribuição de 720 mil itens, entre alimentos e produtos de higiene pessoal e limpeza, foram planejadas junto às Prefeituras Municipais e Instituições Sociais, e as entregas foram acompanhadas, pessoalmente, pelas equipes da MRS.

Metas Regulatórias

A meta de acidentes firmada junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT foi devidamente cumprida pela MRS e encerrou o ano 3,75% abaixo do que havia sido definida para 2020 (8,22 acidentes/milhão.trem.km versus a meta de 8,54). Este resultado é reflexo, principalmente, dos investimentos realizados em segurança operacional e do trabalho contínuo das campanhas de prevenção e conscientização da população, desenvolvidas pela Companhia para reduzir a quantidade e a gravidade dos acidentes ferroviários.

No ano de 2019, a meta de acidentes também foi cumprida, na razão do índice de 8,28 realizado para meta pactuada de 8,76 (5,48% abaixo do limite da meta).

Os resultados da meta de produção dos anos de 2018, 2019 e 2020 foram atendidos na totalidade dos trechos das metas pactuadas.

Por fim, a MRS informa que pactuou com a ANTT as metas de produção e de segurança para o período de 2018-2022, que tiveram aprovação de ajuste nas metas de produção para os anos de 2019 e 2020 (Deliberações nº 728, de 25 de junho de 2019, e nº 974, de 05 de novembro de 2019), em função dos eventos extraordinários ocorridos em Brumadinho-MG, em janeiro de 2019, que impactaram no transporte ferroviário de minério de ferro, na região do quadrilátero ferrífero em Minas Gerais, nos termos do que estabelece o Contrato de Concessão firmado com a União e a Resolução ANTT nº 5.831/2018.

Meio Ambiente e Segurança

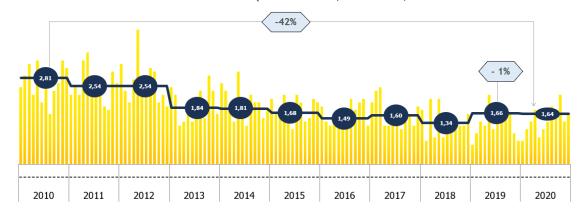
Segurança

Segurança Operacional

O resultado da busca contínua na Segurança da Operação Ferroviária realizada pela MRS é refletido na redução da taxa de acidentes. A Companhia apresentou, entre os anos de 2010 e 2020, uma redução de 42% na taxa de ocorrências por bilhão de TKB (ton x km bruto). Estes acidentes referemse à participação direta da MRS (relacionadas às falhas na operação e manutenção) ou os que envolvam outras ferrovias e comunidades (principalmente atropelamentos e colisões de composições ferroviárias com veículos, denominados abalroamentos).

Em 2020, a MRS apresentou o terceiro melhor ano em número histórico de ocorrências ferroviárias, com uma redução de 1% em relação à taxa de acidentes/bilhão de TKB, de 2019.

Evolução Histórica das Ocorrências Ferroviárias Taxa de Acidentes (Nº de Ocorrências/ Bilhão de TKB)



Programas voltados à segurança ocupacional:

A MRS, com o objetivo de fortalecer sua própria segurança interna, seus clientes e as comunidades lindeiras, realiza diversas ações, conforme descrito a seguir:

• Programa de Observação de Tarefas: Programa de auditorias comportamentais voltado para o controle de riscos por falhas operacionais. É uma ferramenta de prevenção com foco na identificação de desvios de conduta na execução de atividades procedimentadas e na capacitação através da prática de feedbacks dos desvios apontados. O objetivo do programa é mitigar riscos na execução das atividades operacionais, verificar a necessidade de capacitação, prevenir acidentes e ocorrências que coloquem em risco a integridade física dos colaboradores e dos ativos da Companhia.

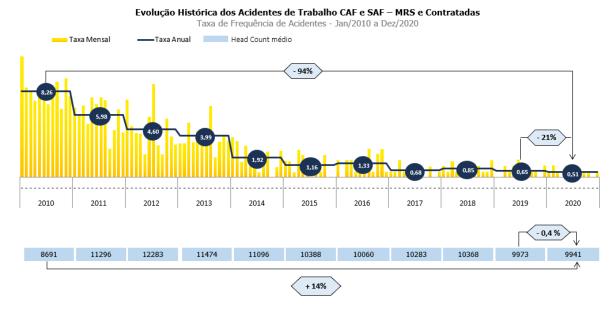
- **Programa de Segurança em Terminais (PST)**: Programa de auditorias com foco nas rotinas operacionais e condição de via permanente nos terminais de clientes onde a MRS tem operação. Em 2020, foram realizadas aproximadamente 1.300 inspeções em mais de 130 terminais diferentes.
- **Programa de Segurança na Malha:** Programa de auditorias com o objetivo de garantir condições ideais do estado de conservação da via permanente, auxiliando no planejamento e controle de retirada de anomalias encontradas nos pátios críticos da MRS. Em 2020, foram realizadas cerca de 3.345 inspeções em aproximadamente 100 pátios.
- Comitê de Comunidades: Grupo composto por profissionais de diversas áreas da MRS, cujo trabalho está voltado ao combate de atropelamentos e abalroamentos envolvendo a comunidade. No ano de 2020, foram investidos cerca de R\$5 milhões em 22 frentes de trabalho para preservação da faixa de domínio ferroviária, vedação, sinalização ativa e revitalização de Passagem em Nível (PN) e Passagem de Pedestre (PP).
- Câmeras em Passagem em Nível: Empregadas para registrar imagens da imprudência de pedestres e motoristas, as câmeras em passagens em nível geram imagens que são gravadas e usadas na investigação de atropelamentos e abalroamentos, além de serem divulgadas na mídia como forma de conscientização da comunidade.

Segurança do Trabalho

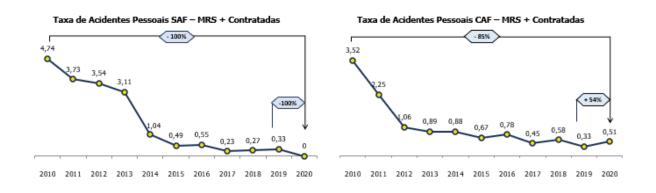
A segurança é um valor da MRS e, ao longo dos anos, a Companhia vem colhendo resultados cada vez melhores. A MRS conta com práticas, que consistem na identificação, avaliação e controle dos riscos inerentes às atividades de seus colaboradores, cujo objetivo é promover a saúde e segurança de todos, através da redução de desvios, incidentes, acidentes e doenças ocupacionais.

A taxa de frequência de acidentes com e sem afastamento, englobando os colaboradores próprios e terceirizados, fechou em 0,51 no ano de 2020, melhor resultado histórico da MRS. O recorde anterior ocorreu em 2019, com uma taxa de 0,65. Em 2020, foram registrados 3 acidentes pessoais a menos em relação ao ano de 2019, o que representa uma redução de 21% da taxa de frequência de acidentes pessoais.

A MRS destaca que: (i) os meses de abril, junho e novembro do ano de 2020 não apresentaram acidentes e (ii) a redução em 94% da taxa de acidentes pessoais típicos, entre 2010 e 2020.



O reflexo das ações para Segurança realizadas pela MRS é refletido na redução de acidentes, ao longo dos anos. Em 2020, a taxa anual de acidentes pessoais foi de 0,51, enquanto em 2010, foi de 3,52, conforme gráfico a seguir. Em 2020, todos os acidentes registrados, considerando colaboradores próprios e terceiros, foram com afastamento (CAF), porém nenhum deles ocasionou em lesões graves e 64% das ocorrências foram classificadas com potencial de gravidade "não crítico"; isto é, sem chances de resultarem em lesões permanentes ou em óbito. Ao longo do ano de 2020, não foi registrado nenhum acidente de trabalho sem afastamento (SAF).



Programas voltados à segurança do trabalho:

Com a constante busca para garantir a segurança de seus colaboradores, a MRS realiza diversas ações voltadas à segurança do trabalho: Comunicado de Risco e Perda; Workshops de Segurança; Análise Preliminar de Risco); Diálogos Diários de Segurança (DDS) prático; Inspeções Planejadas; Reuniões com contratadas para apresentar indicadores, resultados das auditorias, investigações dos acidentes e das boas práticas das empresas críticas que prestam serviços para a MRS. Em 2020, foi obtido um percentual de conformidade de 93% nos contratos auditados.

Meio Ambiente

Em 2020, a MRS conduziu suas atividades assegurando o cumprimento da legislação, das normas aplicáveis e dos demais requisitos para a preservação do meio ambiente, cumprindo integralmente todos os programas ambientais relativos às condicionantes da Licença de Operação da malha ferroviária e condicionantes das Licenças de Operação das oficinas, como:

- Gerenciamento de Estudo de Avaliação de Riscos, Programa de Gerenciamento de Riscos e Plano de Ação de Emergência
- Gerenciamento de Mitigação de Impactos Socioambientais
- Gerenciamento da Qualidade do Ar
- Gerenciamento de Processos Erosivos
- Gerenciamento de Ruídos
- Gerenciamento de Manejo de Flora
- Gerenciamento de Atropelamento de Fauna
- Gerenciamento de Resíduos
- Gerenciamento de Efluentes
- Gerenciamento do Diagnóstico, Monitoramento e Regularização da Faixa de Domínio
- Gerenciamento de Conformidade Legal
- Gerenciamento Ambiental de Obras
- Gerenciamento de Áreas Contaminadas
- Gerenciamento de Recursos Hídricos
- Gerenciamento do Licenciamento Ambiental

A Companhia utiliza o Sistema de Gestão Ambiental ("SGA"), que tem por objetivo permitir a adoção das melhores práticas para a gestão dos programas ambientais executados pela MRS, o controle dos riscos ambientais e a otimização dos custos operacionais. Atuando de forma preventiva, o SGA visa informar o desempenho ambiental dos processos, eliminar e minimizar os possíveis impactos ambientais, reduzir as ocorrências, preparar os colaboradores adequadamente para o atendimento às emergências, bem como obter maior assertividade na condução da estratégia ambiental e dos compromissos assumidos com os órgãos competentes. Assim, para cumprir as suas obrigações e compromissos de natureza ambiental, a MRS conta com procedimentos e recursos humanos para planejar, implementar, controlar e melhorar as ações da Companhia.

Os principais programas ambientais ministrados em 2020 foram: Programa de gerenciamento de resíduos sólidos; Programa de gerenciamento de efluentes líquidos; Programa de Educação Ambiental (PEA).

Em virtude da Covid-19, em 2020, os encontros presenciais com os colaboradores e com a comunidade foram suspensos, porém algumas ações relevantes foram realizadas:

- Na cidade de Pinheiral: ação de segurança ferroviária, no parque Maira com caminhoneiros através do programa carta ao motorista que visa sensibilizar os adultos condutores através da mensagem de segurança ferroviária desenhada e escrita por crianças. Além disso, a Companhia divulgou a revista MRS com conteúdo histórico, social e ambiental desenvolvida para a cidade de Pinheiral com carro de som e acessível por QR code e meio físico.
- Na cidade de Barra do Piraí: ações de segurança ferroviária com instrutores de auto escolas a fim de criar replicadores da mensagem de prevenção. Além disso, houve a disponibilização de banners com mensagens de segurança ferroviária, direção defensiva e manutenção veicular nas autoescolas e clínicas credenciadas pelo Detran. A Companhia, também, realizou uma campanha itinerante de conscientização dos riscos ferroviários aos motoristas com o intuito de evitar abalroamentos, por meio, de um carro de som divulgando mensagens de segurança ferroviária e um guincho carregando um carro abalroado e um banner com mensagem de prevenção de acidentes ferroviários.
- Programa caminhos verdes: em 2020, foram plantadas aproximadamente 13 mil mudas nativas do bioma da Mata Atlântica no Parque Natural Municipal da Lajinha, localizado em Juiz de Fora (MG), correspondendo a uma área de 7,8 hectares de área plantada o que equivale a, aproximadamente, 7 campos oficiais de futebol.

Estratégias e Perspectivas

O ano de 2020 foi, sem dúvidas, um dos anos mais surpreendentes da história, sob diversos aspectos. A pandemia afetou drasticamente as principais instituições: bancos, indústrias, empresas e governos, determinando em todo o mundo forte retração econômica.

O mercado de consumo se reconfigurou, prejudicando sensivelmente a maioria dos segmentos; mas, de modo oposto, alavancou outros. Neste contexto, tivemos nosso negócio de mineração (HH - Heavy Haul) afetado positivamente pelo crescimento do consumo aparente de aço no mercado interno e externo – apesar da desaceleração imediata nos primeiros meses de 2020, em função da pandemia – e pelo retorno mais rápido e em ritmo mais intenso do consumo da indústria chinesa que determinou a alta dos preços de minério de ferro em todo o mundo.

Outro efeito colateral positivo, que também nos afetou foi o crescimento do volume transportado para outros clientes exportadores de minério motivados pela alta do preço da *commodity* e a relação cambial favorável do real frente ao dólar.

A expectativa global para todos os clientes de *Heavy Haul* é positiva em 2021. Desta forma mantémse a expectativa de uma recuperação mais rápida do volume transportado para os próximos anos. Nesse sentido, a MRS tem desenvolvido soluções operacionais para as áreas de restrição devido ao rompimento da barragem de Brumadinho, modernizando a sua frota e mantendo a estratégia de otimização de custos, sempre mantendo os mais elevados padrões de segurança.

Admite-se a melhoria da conjuntura econômica em todo o mundo, com a consequente retomada do crescimento pela volta da relativa normalidade após a pandemia. Esse contexto é de suma importância para o crescimento da Carga Geral.

Para 2021 também se espera, conforme cronograma do Governo, a conclusão das etapas que restam para o cumprimento de todo o processo de renovação da concessão e a efetiva assinatura do contrato e, afinal, o início também da execução do cronograma de investimentos previstos.

Auditores Independentes

Auditores Independentes

No exercício de 2020, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria das demonstrações contábeis anuais e revisões das informações trimestrais.

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, a Companhia informa que não há outros serviços prestados por esta auditoria além dos mencionados acima.



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da MRS Logística S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MRS Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MRS Logística S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da Receita - Contrato de Take or Pay

Veja a Notas 4.17, 9, 10 e 34 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A receita líquida de serviços a MRS é mensurada principalmente com base em uma estrutura tarifaria de contratos de longo prazo que contêm componentes variáveis calculados sobre as principais itens que compõem o custo e condições de cumprimento de volume anual de carga transportada com seus principais clientes (cláusulas denominadas de "take or pay").

Em função da relevância da receita para as demonstrações financeiras como um todo e da complexidade nas mensurações variáveis, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos relacionados ao reconhecimento de receita.

Confrontamos as informações extra contábeis relacionadas as receitas e ao cálculo das receitas variáveis e multas contratuais com o registro contábil e efetuamos recálculo dos valores variáveis e das multas registradas contabilmente, comparando com as condições contratuais estabelecidas. Adicionalmente, obtivemos evidência das comunicações da Companhia junto aos seus clientes, sobre os valores contabilizados referente as receitas variáveis.

Comparamos os saldos relevantes reconhecidos na receita de serviços referentes ao fechamento de 31 de dezembro de 2020 com o faturamento subsequente e obtivemos confirmação externa dos principais clientes, evidenciando a concordância e o aceite dos valores reconhecidos naquela data.

Efetuamos procedimentos de liquidação financeira subsequentes ao contas a receber em 31 de dezembro de 2020, para verificar a integridade da receita e valorização das estimativas contabilizadas no período de competência.

Adicionalmente, analisamos as divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos o reconhecimento da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2020.

Ativo Imobilizado

Veja as Notas 4.8 e 17 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

O negócio da Companhia requer investimentos significativos em projetos de expansão/otimização da capacidade de carga transportada.

Devido ao julgamento exercido pela Companhia para avaliar se: (i) é provável que um projeto de expansão/otimização da capacidade de carga transportada trará benefícios econômicos futuro para a Companhia, e (ii) o momento em que o projetos de expansão/otimização da capacidade de carga transportada está disponível para uso (classificação de imobilizado em andamento para contas definitivas de imobilizado), consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos relacionados ao reconhecimento e classificação dos projetos de expansão/otimização da capacidade de carga transportada.

Com base em uma amostra das adições ocorridas durante o exercício, avaliamos as análises de sustentação da Companhia de que (i) os projetos de expansão/otimização da capacidade de carga transportada gerarão benefícios econômicos futuros para a Companhia, e (ii) o momento em que os projetos de expansão/otimização da capacidade de carga transportada estão em condição de funcionamento na forma pretendida pela Companhia para a classificação adequada nas classes do ativo imobilizado e início da depreciação (disponibilidade para uso).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo de imobilizado e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira

Contador CRC RJ-087095/O-7

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais



ATIVO	Nota explicativa	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.206.484	668.264
Caixa restrito	8	· · ·	2.033
Contas a receber de clientes	9	382.503	899.682
Outras contas a receber	11	8.740	8.379
Estoques	12	132.353	119.478
Tributos a recuperar	13	63.638	90.863
Despesas antecipadas	15	16.767	18.049
Instrumentos financeiros derivativos	25	27.240	51.645
Outros ativos circulantes	16	27.312	20.100
Total do ativo circulante	_	1.865.037	1.878.493
NÃO CIRCULANTE Realizável a longo prazo Contas a receber de clientes	9	284.742	175.222
Outras contas a receber	11	30.342	85.155
Tributos a recuperar	13	108.641	92.843
Tributos diferidos	14	60.788	-
Despesas antecipadas	15	1.294	4.848
Instrumentos financeiros derivativos	25	116.441	44.699
Outros ativos não circulantes	16	124.644	126.913
Imobilizado em operação	17	5.766.256	6.044.892
Imobilizado em andamento	17	801.335	372.672
Direito de uso em arrendamento	17	1.906.497	1.852.618
Intangível	18	63.696	45.844
Total do ativo não circulante	_	9.264.676	8.845.706
TOTAL DO ATIVO	=	11.129.713	10.724.199

(continua)

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais



, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores	19	331.614	197.349
Obrigações sociais e trabalhistas	20	164.079	178.209
Imposto de renda e contribuição social	21	207.265	209.035
Outras obrigações fiscais	22	50.355	106.371
Empréstimos e financiamentos	23	831.632	714.499
Arrendamento mercantil	24	317.913	256.034
Instrumentos financeiros derivativos	25	10.570	12.277
Dividendos a pagar	26	102.371	119.698
Concessão a pagar	2 7	4.706	3.812
Adiantamento de clientes	•	1.902	383
Provisões	28	53.762	39.835
Outras obrigações	29	55.267	31.362
Total do passivo circulante		2.131.436	1.868.864
NÃO CIRCULANTE Exigível a longo prazo Tributos diferidos Fornecedores Empréstimos e financiamentos Arrendamento mercantil Concessão a pagar	14 19 23 24 27	39.392 2.156.376 1.675.075 2.737	63.615 36.954 2.351.023 1.650.758 2.662
Adiantamento de clientes	-/	19	19
Provisões	28	662.481	581.392
Outras obrigações	29	149.378	66.385
Total do exigível a longo prazo	-9 _	4.685.458	4.752.808
TOTAL DO PASSIVO	-	6.816.894	6.621.672
PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital social	=		
Destinação de reserva para aumento de capital	30a	2.047.268	1.917.306
Reservas de lucros	39	104.271	129.962
Reserva legal		2.151.539	2.047.268
Reserva regar Reserva para investimentos	30c	342.047	320.533
Ajustes de avaliação patrimonial	30d e 39	1.809.492	1.726.735
	30f	9.741	7.991
Total do patrimônio líquido	=	4.312.819	4.102.527
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	=	11.129.713	10.724.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais



	Nota explicativa	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS Custo dos serviços prestados	32 33	3.604.965 (2.517.730)	3.200.809 (2.377.782)
LUCRO BRUTO		1.087.235	823.027
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Outras receitas operacionais Outras despesas operacionais LUCRO OPERACIONAL	33 33 34 34	(13.440) (247.197) 389.820 (253.438) 962.980	(14.036) (222.454) 832.281 (376.174)
RESULTADO FINANCEIRO Receitas financeiras Despesas financeiras	35 35	498.924 (815.338) (316.414)	312.489 (597.400) (284.911)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		646.566	757.733
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Corrente Diferido	36 36	(340.349) 124.065	(391.521) 137.143
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		430.282	503.355
QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO - MILHARES	30a	340.000	340.000
LUCRO POR MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO - R\$ LUCRO BÁSICO POR AÇÃO		1.265,54	1.480,46
ORDINÁRIA PREFERENCIAL	31 31	1,211 1,1	1,417 1,1
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO ORDINÁRIA PREFERENCIAL	31 31	1,333 1,333	1,559 1,559
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		430.282	503.355
Itens que não serão reclassificados para o resultado Remensuração de obrigações de benefícios pós-	nof	1 410	(1041)
emprego Imposto de renda e contribuição social sobre outros		1.413	(1.941)
resultados abrangentes	30f	337 	337
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		432.032	501.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais



					Reservas de lucros					
	Nota explicativa	Capital social	Destinação para aumento do capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Legal	Retenção para investimentos	Dividendos propostos	Total	Lucros acumulados	Total
EM 1º DE JANEIRO DE 2018		1.718.440	198.866	9.595	295.365	1.621.941		1.917.306		3.844.207
Resultado abrangente do exercício Lucro líquido do exercício Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego				(1.604)					503.355 -	503.355 (1.604)
Total do resultado abrangente do exercício				(1.604)					503.355	501.751
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas Aumento de capital - RCA 20/03/2019 Dividendos adicionais propostos –aprovado em AGE de 25/11/2019 Destinação do lucro líquido do exercício		198.866	(198.866)			(123.884)		(123.884)	-	(123.884)
Proposta da diretoria para destinação de reserva para aumento de capital Dividendos e juros sobre o capital próprio Dividendos mínimos obrigatórios Transferência entre reservas			129.962			(129.962)		(129.962) - -	(119.547)	(119.547)
. Reserva legal . Retenção para investimentos Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		198.866	(68.904)		25.168	358.640 104.794		25.168 358.640 129.962	(25.168) (358.640) (503.355)	(243.431)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		1.917.306	129.962	7.991	320.533	1.726.735		2.047.268	-	4.102.527
Resultado abrangente do exercício Lucro líquido do exercício Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego Total do resultado abrangente do exercício	30f			1.750 1.750					430.282 - 430.282	430.282 1.750 432.032
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas Aumento de capital - RCA 25/03/2020 Dividendos adicionais - aprovado em AGE de 27/11/2020 Destinação do lucro líquido do exercício	30a 26	129.962	(129.962)			(119.548)	-	- (119.548)	-	- (119.548)
Proposta da diretoria para destinação de reserva para aumento de capital Dividendos e juros sobre o capital próprio Dividendos mínimos obrigatórios	39 26		-					-	(102.192)	- - (102.192)
Transferência entre reservas . Reserva legal . Retenção para investimentos	30c 30d		104.271		21.514	202.305		21.514 202.305	(21.514) (306.576)	(102.192) - - -
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		129.962 2.047.268	(25.691) 104.271	9.741	21.514 342.047	82.7 <u>57</u> 1.809.492		104.271 2.151.539	(430.282)	(221.740) 4.312.819
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis	5.									

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais



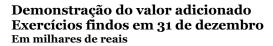
	Nota		
	explicativa	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido antes do IR e CSLL		646.566	757.733
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	37.1	-	(2.128)
Depreciação e amortização	33	1.049.931	921.226
Variação monetária/cambial e encargos financeiros ativos e passivos		363.655	382.915
Valor residual do imobilizado baixado	17 e 18	41.378	56.461
Provisões	28	47.618	121.333
Amortização despesa antecipada	15	19.479	15.500
Provisão/(reversão) para perda de ativos	34	(742)	(445)
Provisão/(reversão) para perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	9 e 11	282	372
Outros		424	431
		2.168.591	2.253.398
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes/Outras contas a receber	9 e 11	460.030	(591.761)
Estoques	12	(18.081)	(9.998)
Impostos a recuperar	13	28.527	(25.559)
Despesas antecipadas	15	(14.643)	(21.841)
Outros ativos		(1.567)	(7.796)
Caixa restrito		2.055	67.884
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Concessão a pagar	2 7	969	(580)
Fornecedores		(34.244)	(19.305)
Obrigações fiscais	20 e 21	(109.240)	67.163
Obrigações sociais e trabalhistas	20	(14.130)	(1.973)
(Provisões)/Reversões	30.f	1.413	(1.941)
Adiantamento de clientes		1.519	(2.118)
Outras obrigações		106.898	(15.535)
Caixa gerado pelas operações		2.578.097	1.690.038
Pagamento de tributos sobre o lucro		(288.894)	(280.044)
Pagamento juros sobre empréstimos e financiamentos	37.3	(135.049)	(144.125)
Pagamento de juros sobre direito de uso	37.3	(152.017)	(159.961)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.002.137	1.105.908

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais



	Nota explicativa	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Adições do imobilizado Adições de intangível Recursos provenientes da alienação de bens do ativo imobilizado	17 18 37.1	(795.347) (27.124) -	(645.653) (13.289) 2.163
Caixa líquido atividades de investimento		(822.471)	(656.779)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Captação empréstimos e financiamentos Pagamento empréstimos e financiamentos/instrumentos financeiros derivativos Recursos provenientes da emissão de debêntures Pagamento de debêntures Pagamento de arrendamento mercantil Dividendos pagos	37·3 37·3 37·3 26	511.692 (606.290) - (60.680) (247.123) (239.045)	280.500 (512.390) 650.000 (9.402) (218.510) (247.716)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E		(641.446)	(57.518)
EQUIVALENTES		538.220	391.611
Caixa e equivalentes de caixa Saldo inicial Saldo final		668.264 1.206.484	276.653 668.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





	Nota explicativa	2020	2019
•	capiteativa		2019
RECEITAS			
Vendas de serviços de frete	32	3.890.220	3.483.747
Outras receitas		389.820	832.281
Receitas de construção de ativos próprios Provisão/(reversão) de créditos de liquidação duvidosa	0.044	27.011 (283)	4.205
Provisão/ (reversão) de creditos de fiquidação duvidosa	9 e 11	(203)	(564)
		4.306.768	4.319.669
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo produtos, mercadorias e serviços vendidos		(1.206.973)	(1.158.118)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(103.432)	(87.004)
Outros		(176.384)	(255.130)
		(1.486.789)	(1.500.252)
		(1.400.709)	(1.500.252)
VALOR ADICIONADO BRUTO		2.819.979	2.819.417
RETENÇÕES			
Depreciação, amortização e exaustão	33	(1.049.931)	(921.226)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		1.770.048	1.898.191
<u> </u>			
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) EM TRANSFERÊNCIA Receitas financeiras	35	498.924	312.489
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) TOTAL A			
DISTRIBUIR		2.268.972	2.210.680
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (RECEBIDO)			
Pessoal e encargos		520.470	542.743
Impostos, taxas e contribuições		490.512	564.540
Remuneração de capitais de terceiros		827.708	600.042
Remuneração de capitais próprios		430.282	503.355
Dividendos	26	102.192	119.547
Lucros retidos	30c e 30d	328.090	383.808
		2.268.972	2.210.680
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações o	contábeis.		

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado



1. Contexto operacional

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva do Poder Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

Em abril de 2017 a MRS protocolou, junto ao Poder Concedente, o Plano de Negócios para iniciar as negociações referentes à renovação antecipada da concessão, e, desde então, as negociações vem sendo conduzidas junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Em 6 de junho de 2019, consubstanciada na Deliberação nº 614, de 4 de junho de 2019, a ANTT publicou o Aviso de Audiência Pública nº 007/2019, comunicando a realização de referida Audiência com o objetivo de colher subsídios, com vistas ao aprimoramento dos estudos para a prorrogação do prazo de vigência contratual da concessionária MRS. Em 13 de setembro de 2019, às 18h, encerrou-se o prazo para contribuições à Audiência Pública, fixado pelo Ofício SEI nº 7414/2019/SUFER/DIR-ANTT, emitido em 5 de julho de 2019. Pelas informações apuradas junto à ANTT, no âmbito do processo da MRS, foram apresentadas 315 (trezentas e quinze) contribuições, sendo: (i) 90 contribuições orais, conforme manifestações nas 4 sessões públicas realizadas nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília; (ii) 42 contribuições escritas; e (iii) 183 contribuições enviadas pelo site da ANTT, sendo que 50% dessas últimas referem-se a contribuições apresentadas pela própria MRS.

Durante o ano de 2020, foram realizadas diversas agendas com a ANTT, com vistas à atualização do Plano de Negócios, a fim de promover os ajustes decorrentes das contribuições feitas durante o processo de Audiência Pública.

Atualmente, aguarda-se a análise das contribuições pela área técnica da ANTT e a realização de possíveis ajustes para contemplar as contribuições acatadas pela Agência. Após a emissão do Relatório Final da Audiência Pública da MRS, de sua aprovação pela Diretoria da ANTT, e não havendo qualquer manifestação em contrário, o processo será encaminhado ao Ministério de Infraestrutura, que avaliará sua conformidade com as diretrizes da Política Pública, e, em sequência, enviará para análise e aprovação pelo Tribunal de Contas da União.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, após superada todas as fases de esclarecimentos e defesas administrativas a ANTT poderá aplicar penalidades podendo inclusive levar a caducidade, em caso de descumprimento reiterado das metas contratuais. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2020, a MRS estava em dia com as obrigações contratuais e devidamente adimplente perante a ANTT.

A Administração da Companhia informa que parte relevante do capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2020 refere-se a vencimentos de dívidas estruturadas, sendo a maior parte dos vencimentos concentrados no segundo semestre desse ano. Entende, ainda, que este cenário será administrado ao longo do ano em função da forte geração de caixa oriunda de suas atividades operacionais, bem como mediante novas captações de recursos de longo prazo, via instituições financeiras ou mercado de capital local, já previstas pela Companhia.

2. Base de Preparação

2.1 Apresentação das Informações

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem (i) a legislação societária, (ii) os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, (iii) as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 4.

b) Pandemia da COVID-19

A administração da Companhia segue acompanhando a evolução do cenário da pandemia da COVID-19 e avaliando os possíveis impactos nos resultados operacionais, econômicos e financeiros futuros da Companhia.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A Companhia não sofreu interrupções ou reduções significativas de suas atividades operacionais em função da pandemia e não vislumbra, nesse momento, impactos significativos em sua operação que possam refletir em seus resultados econômicos e financeiros futuros.

Percebe-se a partir de abril uma melhora significativa nos volumes transportados de *Heavy Haul*, que representa mais de 60% dos volumes planejados para o ano. Este fato se deve à melhora da performance na descarga dos portos em um período de menor pluviometria. Também houve incremento da produção no terminal do Andaime e a expectativa futura para este segmento é de continuar acelerando o ritmo dos volumes transportados em 2021 aproveitando-se das condições favoráveis no mercado externo.

Em relação aos impactos da COVID-19, percebe-se uma redução dos volumes transportados no segmento de siderurgia em função do desaquecimento do mercado interno. Entretanto, a representatividade deste negócio no total não foi suficiente para impactar no todo, tendo a empresa terminado o ano crescendo seu nível de produção.

A seguir apresentamos algumas análises e medidas adotadas pela Companhia visando o seu equilíbrio econômico e financeiro diante dos resultados apresentados no ano de 2020 e de enfrentamento para possíveis impactos da pandemia:

Capital Circulante Líquido: como medida de reposição de capital de giro, a empresa realizou durante o ano novas captações em torno de R\$500.000e, para 2021, estão previstas novas captações de recursos de longo prazo. A Companhia terminou o ano com R\$1.206.484 em caixa.
Risco de não realização de estoque: tendo em vista que as projeções de volume não apresentaram reduções significativas, a Companhia não foi impactada com reduções de estoques, dada a continuidade do plano de manutenções.
Importação de materiais: o volume de materiais importados na MRS como matéria-prima na manutenção de ativos não é relevante perto do total de insumos da organização. De toda forma, tem sido notados impactos pela falta de transporte marítimo e por fechamento de fábricas no exterior, o que pôde ser observado na piora da aderência nas entregas de alguns materiais. No entanto, a MRS agiu preventivamente adiantando parte dos pedidos para garantir aos fornecedores a continuidade de suas operações e consequentemente não impactar o transporte ferroviário.
Materiais nacionais: como estratégia ao enfrentamento da pandemia, a MRS realizou compras antecipadas de materiais, ação fundamental para suportar a manutenção e mitigando riscos de falta de materiais, que foram essenciais para desestocagem acelerada de ativos com a retomada do volume. Passado esse período de risco de desabastecimento durante o ano de 2020, hoje enfrentamos outro desafio que é a falta de matéria prima no mercado, tais como: aço, ferro gusa, sucata, madeiras, cobre e plásticos. Esses materiais impactam a cadeia de produção dos itens da Companhia, principalmente via permanente.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

PCE (Perda de Crédito Esperada) do Contas a Receber e Fornecedores:

observamos um acréscimo de 7% em dezembro de 2020 em relação a dezembro de 2019na perda estimada do contas a receber. No entanto, como dito anteriormente, tomamos medidas para auxiliar a cadeia de valor relacionada às cargas transportadas pela MRS, colocando em prática uma política temporária de aumento do prazo de recebimento para os clientes mais afetados pela crise, como o segmento de siderurgia e construção civil. Até o final de 2020 tal medida já tinha sido normalizada a períodos pré pandemia. Vale mencionar que a partir do 3º trimestre os prazos de pagamento também voltaram ao normal, cenário pré-pandemia.

Renegociação de contratos de locação de salas comerciais:

Com a chegada da pandemia da COVID-19, muitas mudanças significativas ocorreram e uma delas foi a mudança de alguns hábitos. Desde o início da pandemia a Companhia adotou o modelo de trabalho em *home Office* para a área administrativa visando o cuidado com a saúde de seus colaboradores e criando assim redução de acessos aos escritórios, com isso, ocorreu renegociação de contratos de aluguel em 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, e (ii) perda pela redução do valor recuperável de ativos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Apresentação de informações por segmentos

Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, a mesma está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

3. Mudanças nas principais políticas contábeis e divulgações

Não ocorreram novas normas contábeis em 2020 que afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

4. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão descritas nos itens a seguir e de acordo com políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, publicadas na Imprensa Oficial em 26 de março de 2020, salvo disposição em contrário.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

4.1 Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, bem como outros ganhos e perdas cambiais, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

4.3 Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

Os valores das contas a receber de clientes e dos títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atenderem ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Ativos financeiros: avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido levando em consideração a forma em que o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração.

O objetivo do modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros a fim de receber os fluxos de caixa contratuais.

A Companhia realiza gerenciamento de riscos financeiros para limitar os impactos adversos causados por instrumentos financeiros em seu resultado e fluxo de caixa.





Ativos financeiros: avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor do fluxo de caixa contratual de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros: mensuração subsequente e ganho e perda

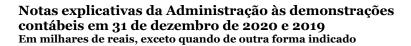
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros: classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando forem prováveis que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira no exercício em que são incorridos.





iii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv. Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados ao valor justo no momento inicial e nas mensurações subsequentes. Após o reconhecimento inicial suas variações são registradas no resultado.

A Companhia contrata alguns instrumentos como ode *hedge* para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado, ou seja, a variabilidade dos fluxos de caixa associadas a transações no resultado.

Ao implementar o modelo de *hedge accounting* na Companhia, documentou-se o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia avalia e documenta se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge* mensalmente.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A Companhia designou determinados *swaps* que protegem uma dívida em dólar com juros fixos como instrumento de *hedge* de valor justo. O ganho ou a perda no instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro, no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* que é registrado no passivo com contrapartida no resultado financeiro.

Os passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge* são apresentados na nota explicativa 25.

4.4 Impairment de ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perdas de crédito esperadas é feita para todos os recebíveis comerciais, conforme metodologia estabelecida, mesmo que não haja evidências objetivas de não recebimento.

A Companhia utiliza-se da abordagem simplificada para os recebíveis comerciais, expediente prático da matriz de provisão, para mensurar as perdas de crédito esperadas.

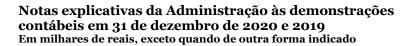
Os recebíveis comerciais são agrupados em cinco categorias, de acordo com o histórico de perda e natureza da cobrança. A expectativa de perda de crédito de cada categoria é feita como segue:

- <u>Aluguel pessoa física</u>: todos os documentos faturados referentes aos contratos de locação de pessoa física são provisionados como perda, em virtude do alto nível de inadimplência.
- <u>Processo judicial</u>: todos os documentos faturados para clientes que estão sendo cobrados judicialmente são provisionados como perda, em virtude do grande nível de incerteza.
- <u>Frete</u>: a provisão de perda de créditos esperada será mensurada pelo percentual das perdas históricas dos dois últimos anos, aplicado sobre o saldo das contas a receber desse grupamento, na data da análise.
- Outras receitas: a provisão de perda de créditos será calculada pelo percentual de perda histórica, baseado nas inadimplências dos dois últimos anos, sobre o saldo das contas a receber desse grupamento, na data da análise.
- <u>Partes relacionadas</u>: tendo em vista que, possuímos contratos de longo prazo, mecanismos de proteção e historicamente não ter havido perda financeira com as empresas envolvidas, não temos provisões de perdas constituídas para este grupo.

4.5 Contas a receber de clientes e partes relacionadas

As contas a receber de clientes e partes relacionadas correspondem, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte de carga no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

Os valores a receber a longo prazo foram trazidos ao valor presente na data da transação com base na taxa estimada do custo médio ponderado de capital da Companhia. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de juros a apropriar, redutora da conta de clientes, e sua realização é registrada como receita financeira de acordo com o prazo contratual.





A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foram estimadas entre 10,29% a.a. e 15,91% a.a.

4.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado, que não excede aos valores líquidos de realização. Provisões para perdas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.7 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças nas vidas úteis estimadas ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano. A parcela referente ao adiantamento da concessão é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido pela venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

4.8 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando for feita uma reforma ou benfeitoria, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Ao término da concessão, os bens de propriedade da concessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários à continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a concessão poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme previsão expressa na cláusula décima sexta do Contrato de Concessão.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos.

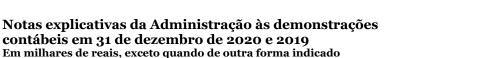
Os terrenos não são depreciados.

Revisão de vida útil:

Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus principais ativos. Desta forma, conforme laudo técnico emitido por consultoria especializada, bem como publicação no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2019, a partir de janeiro de 2020 a vida útil de alguns ativos e componentes foram alteradas.

As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos vigentes no ano de 2020 são:

Grupos de ativos	%	Vida útil média (em anos)
Bens imóveis		
Benfeitorias em via permanente		
Trilhos	7,69	13
Dormentes	8,33	12
Benfeitorias em imóveis arrendados	4,00	25
Obras de arte especiais (Túnel, Viaduto e Ponte)	2,85	35
Locomotivas		
Locomotivas diesel	3,33	30
Locomotivas elétricas	4,17	24
Locomotivas usadas	10,00	10
Benfeitorias úteis em locomotivas	12,50	8
Vida útil média dos principais componentes	14,53	3 a 17
Vagões		
Vagões	3,33	30
Benfeitorias úteis em vagões	10,00	10
Vida útil média dos principais componentes	14,35	2 a 17
Outros		
Esmerilhadora, carro de controle, equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10





O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Vide mais detalhes na nota explicativa 17, sobre as mudanças na vida útil dos ativos para 2020.

4.9 Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para avaliação dos ativos não financeiros é utilizada pela Administração a metodologia da rentabilidade futura para o ativo individual. Quando não for possível estimar o valor para o ativo individual determina-se o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Assim determina-se o valor em uso dos ativos da Companhia. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor em uso.

4.10 Contas a pagar a fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

4.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível, tributária e ambiental) e demais provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.12 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos os quais são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Nesse último caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou prejuízo compensável do exercício, adicionados de quaisquer ajustes de exercícios anteriores, se houver. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos, previstas por lei, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidas.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

4.13 Benefícios a empregados

Beneficios de aposentadoria e outros beneficios pós-emprego

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia concede também benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados, utilizando método da unidade de crédito projetado.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de saúde.

Benefício de curto prazo - remuneração variável

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada e puder ser estimada de forma confiável.

4.14 Arrendamentos/Direito de Uso

A Companhia aplicou o CPC o6(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada.

Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é reconhecido inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental construída pela Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental, nominal, utilizando-se dos seguintes critérios:

- (i) Arrendamento com o Poder Concedente: obtida considerando a representatividade e o custo ponderado das dívidas da Companhia;
- (ii) Contrato de locação de imóveis: taxa cotada com instituições financeiras de relacionamento com a Companhia;
- (iii) Contrato para locação de máquinas, equipamentos e outros: taxa de financiamento do BNDES (linha específica para este fim que considera TLP mais *spread* do banco).



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- (ii) valores que se espera que sejam pagos de acordo com as garantias de valor residual e:
- (iii) o preço de exercício da opção de compra se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado é realizado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero.

A Companhia apresenta ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de imóveis, máquinas e equipamentos, veículos, equipamentos de TI e contêineres. Além desses, foi registrado o contrato de arrendamento dos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga, vinculado ao contrato de concessão.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

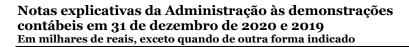
A Companhia aplica isenção de reconhecimento para os arrendamentos de curto prazo e para os quais os ativos adjacentes são de baixo valor. Os pagamentos associados a esses arrendamentos continuam sendo reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Arrendamentos em que a Companhia é arrendadora

Nos casos em que a Companhia figura como arrendador intermediário (subarrendamentos) de contratos em que é o arrendatário, é feito uma avaliação para classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente.

O valor a receber referente a esses contratos é registrado integralmente como contas a receber no ativo circulante e não circulante e são amortizados com os devidos recebimentos.

A taxa de desconto utilizada para o cálculo ao valor presente do contas a receber dos contratos de subarrendamento é a mesma do contrato de arrendamento principal.





4.15 Concessões

A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente do contrato de concessão. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a Companhia e seus clientes.

As obrigações da concessão são registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) no passivo circulante tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia foram registrados no ativo e são alocados linearmente no resultado como custo dos serviços prestados no decorrer do prazo do contrato.

4.16 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está dividido em ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal.

4.17 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes do reconhecimento de receitas:

• Prestação de serviço de transporte

A receita com prestação de serviços de transporte de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas transportadas são entregues aos clientes no ponto de destino do transporte, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

• Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos financeiros e ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

• Outras receitas operacionais

As demais receitas são reconhecidas na medida em que há um direito contratual, há o cumprimento da obrigação de desempenho, for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.





4.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos não será inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório estabelecido na Lei das S.A. somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Administração utilizou-se de julgamentos e estimativas, na preparação das demonstrações contábeis, que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente.

As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e outras provisões de créditos fiscais

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

(b) Benefícios pós emprego

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, taxas de rotatividade e de permanência no plano após desligamento/aposentadoria. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.





(d) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos.

A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, eles são ajustados.

(e) Taxa de depreciação, amortização e avaliação de *impairment* do ativo imobilizado e intangível

As taxas de depreciação e amortização dos ativos imobilizados e intangíveis incluem as estimativas das vidas úteis econômicas dos principais ativos da Companhia, as quais são revisadas periodicamente pelos especialistas da Companhia e caso seja identificada a necessidade de alteração da taxa de vida útil de algum grupo de ativos, é realizada a contratação de consultoria externa para mensuração e emissão de laudo conforme Resolução ANTT 5090/2016.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Se o valor contábil do ativo intangível ou imobilizado não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021 e 2022.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis:

- Reforma da taxa de juros de referência Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16
- Contratos Onerosos custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16)
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações à IFRS 3)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e bancos	7.814	3.077
	7.814	3.077
Aplicações financeiras no país		
CDB	1.198.670	665.187
	1.198.670	665.187
Caixa e equivalentes de caixa	1.206.484	668.264

As aplicações financeiras estão lastreadas em títulos emitidos por bancos no Brasil e possuem liquidez média de 90 dias, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira.

Essas aplicações são em CDB, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, encontrando-se na faixa entre 85,0% e 112,0% (98,3% e 104,0% em 31 de dezembro de 2019).

O incremento de R\$538.220 no saldo de caixa e equivalentes de caixa deve-se, basicamente, ao maior volume de captações nos primeiros seis meses de 2020.

A classificação de risco das aplicações financeiras de acordo com o modelo de negócio está descrita na nota explicativa 25.

8. Caixa restrito

	2020	2019	
CDB	- _	2.033	
Total		2.033	

A Companhia encerrou o ano de 2020 sem o compromisso com caixa restrito.

O saldo de caixa restrito em 31 de dezembro de 2019 estava composto por aplicações financeiras em CDB, constituídas como forma de garantia do contrato comercial de compra e venda de energia elétrica.

Estas aplicações estavam lastreadas em títulos no Brasil, e possuíam liquidez máxima de 360dias e remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na faixa entre 98,3% e 99,0%.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A classificação de risco das aplicações financeiras em caixa restrito, de acordo com o modelo de negócio, está descrita na nota explicativa 25.

9. Contas a receber de clientes

	_	2020	2019
Contas a receber de partes relacionadas	10	643.203	1.035.480
Clientes no país	(a)	25.149	40.531
Perdas de créditos esperadas	(b)	(1.107)	(1.107)
		667.245	1.074.904
Circulante		382.503	899.682
Não circulante		284.742	175.222

- (a) Referem-se, basicamente, aos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário, incluindo tráfego mútuo e direito de passagem a receber de clientes que não são partes relacionadas.
- (b) O valor provisionado para perdas de créditos esperadas foi mensurado considerando a dificuldade financeira do emissor, quebra de contrato com atraso de pagamento, probabilidade de falência do devedor e devedores em processo judicial para cobrança, além da aplicação de um percentual apurado nas perdas dos últimos dois anos sobre os valores em aberto na data das demonstrações.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, informados nesta nota, são relativos às operações com partes relacionadas decorrentes das transações da Companhia com seus acionistas, empresas ligadas e profissionais chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de garantias de receitas e volumes anuais, assim como ocorre com os demais clientes cativos.

Além dos contratos de serviços de transporte ferroviário de carga, a Companhia possui outros contratos com suas partes relacionadas referentes a serviços de manutenção e benfeitorias em terminais, venda de sucatas, aluguéis e manutenção em material rodante e via permanente.

As contas a pagar com partes relacionadas, apresentado em passivos com partes relacionadas, exceto dividendos a pagar, são decorrentes de operações de compras, utilização de malha ferroviária, investimentos compartilhados inerentes ao negócio da Companhia e demais obrigações contratuais.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:

- Ativo

		Contas a receber		
		2020	2019	
Mineração Usiminas S.A.	(a)	81.325	157.457	
Vale S.A.	(b)	391.010	651.892	
CSN Mineração S.A.	(c)	140.551	158.610	
Companhia Siderúrgica Nacional		19.984	58.709	
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		3.266	1.597	
Gerdau Açominas S.A.		2.030	3.648	
Ferrovia Centro Atlântica		3.329	1.751	
Gerdau Aços Longos S.A.		675	529	
Confab Industrial S.A.		-	1	
Gerdau S.A.		22	342	
Ternium Brasil Ltda.		32	31	
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.		979	913	
		643.203	1.035.480	
Circulante		358.461	860.258	
Não Circulante		284.742	175.222	

- (a) A redução do valor a receber em 2020 deve-se ao recebimento de três parcelas do aditivo contratual celebrado em 2016 entre MRS e Mineração Usiminas, vencíveis em janeiro de 2020, janeiro de 2021 e janeiro de 2022. Em janeiro de 2020, recebemos o montante de R\$31.546 referente à quarta parcela do referido aditivo. Em outubro de 2020, recebemos o montante de R\$60.269 referente a antecipação de duas parcelas desse aditivo vencíveis em janeiro de 2021 e janeiro de 2022, conforme estabelecido no referido termo aditivo.
- (b) A redução no saldo de 2020 deve-se, basicamente, ao recebimento, em fevereiro de 2020, do valor de R\$632.257 referente ao contas a receber do mecanismo de proteção de receita registrado no ano de 2019, conforme 3º Termo Aditivo assinado em conformidade com as disposições da Comissão de Valores Mobiliários. Adicionalmente, em dezembro de 2020, foi firmado o quarto termo aditivo ao contrato de prestação de serviço de transporte ferroviário entre MRS e VALE, através do qual a VALE assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização no valor de R\$353.539 por conta da revisão dos volumes mínimos transportados previstos no contrato original. O valor será pago em 3 parcelas, sendo R\$239.085 em 2021, R\$44.397 em 2022 e R\$106.091 em 2023. O valor presente do fluxo de pagamentos é de R\$366.560 em 31 de dezembro de 2020 sendo, R\$225.969 no circulante e R\$140.591 no não circulante. O valor de R\$239.085 foi recebido em janeiro de 2021.
- (c) Em janeiro de 2020, a Companhia recebeu a 2ª parcela do aditivo contratual firmado em 1º de novembro de 2018 entre MRS e CSN Mineração conforme mencionado na nota explicativa 10 (c) das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$23.547. Em fevereiro de 2021, a Companhia recebeu a 3ª parcela do referido aditivo, no valor de R\$23.547.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A Companhia possui contratos de recebíveis com algumas partes relacionadas dados como garantia a empréstimos.

Exceto para as contas a receber referentes aos mecanismos de proteção de receita e aditivos contratuais, o prazo médio de recebimento das contas a receber com partes relacionadas é inferior a 13 dias.

- Passivo

		Contas a pagar / outras					
		obrigações	passivas	Adiantar	mentos	Dividendo	s a pagar
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Vale S.A. Mineração Brasileiras	(d)	148.019	8.298	-		10.680	12.493
Reunidas S.A.		-	-	-	-	34.354	40.189
CSN Mineração S.A. Companhia Siderúrgica	(e) (f)	64.110	76.968	1	1	19.304	22.583
Nacional Usiminas Participações e	(-)	2.125	864	-	-	19.293	22.570
Logística S.A.		-	-	-	-	10.902	12.754
Usinas Siderúrgicas de				-			
Minas Gerais S.A.		-	-		-	273	320
Ferrovia Centro Atlântica		15.197	16.580	675	-	-	-
Gerdau Aços Longos S.A.		1	131	-	5	-	-
Gerdau S.A.		-	-	-	-	1.283	1.501
Railvest Investments Inc		-	-	-	-	4.243	4.964
Mitsui & Co. Ltda.	(g)	54.529	23.939	-	-	-	-
Sepetiba Tecon S.A.		2	-	-	-	-	-
Outros			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	2.039	2.324
		283.983	126.780	676	6	102.371	119.698
Cinculanta		106 ==1	51.055	6-6	6	100.051	110 600
Circulante Não Circulante		126.751 157.232	51.055 75.725	676 -	6 -	102.371 -	119.698 -

- (d) Conforme mencionado na letra (b) desta nota, em contrapartida ao valor reconhecido no contas a receber referente à indenização pactuada no aditivo contratual firmado junto à Vale, a Companhia registrou em "Outras obrigações passivas" o valor de R\$127.474, em atendimento ao CPC 47 Receita de contrato com cliente. Este valor será apropriado mensalmente ao resultado, pelo período do aditivo, como receita de indenização. Adicionalmente, em dezembro de 2020 foi registrado contas a pagar no valor de R\$20.545 (R\$8.298 em 31 de dezembro de 2019) referente a provisão do mecanismo de proteção.
- (e) Conforme mencionado na letra (c) desta nota, em contrapartida ao valor reconhecido no contas a receber de indenização referente ao aditivo contratual firmado junto à CSN Mineração, a Companhia registrou outras obrigações passivas que em 31 de dezembro de 2020 possui o saldo de R\$64.110, em atendimento ao CPC 47 Receita de contrato com cliente. O valor reconhecido inicialmente está sendo apropriado mensalmente ao resultado, pelo período do aditivo contratual, como receita de indenização.
- (f) O contas a pagar no valor de R\$2.125 em 2020 refere-se a provisão do mecanismo de proteção de receita, a favor da CSN.
- (g)O valor de R\$54.529 (R\$23.939 em 31 de dezembro de 2019), refere-se à compra de trilhos, conforme contrato n^o 70.267 /MRS/2020, adquiridos em dezembro de 2020.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Resultado

	-	Receita de serviços		erviços Outras receitas		Receitas financeiras	
	_	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Vale S.A.	(h)	1.209.596	804.493	239.160	632.283	420	193
Companhia Siderúrgica Nacional		358.857	322.072	12.129	22.672	907	176
Mineração Usiminas S.A.		174.204	143.549	-	-	16.129	19.186
CSN Mineração S.A.	(i)	639.027	742.514	44.979	15.944	10.805	10.830
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		104.672	119.777	-	6	2	5
Gerdau S.A.		1.180	2.945	604	1.030	33	155
Gerdau Açominas S.A.		111.097	116.350	43	2.760	1	27
Gerdau Aços Longos S.A.		17.921	18.082	12.337	14.438	1	14
Ferrovia Centro Atlântica		66.566	55.130	4.062	3.550	-	-
Ternium Brasil Ltda.		610	7.392	-	56	1	30
Usiminas Mecânica S.A.		-	-	3.150	3	-	-
Mitsui & Co. Ltda.	(j)	-	-	-	-	6.701	980
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A		23.153	32.986	3.698	-	1	-
Confab Industrial S.A.	_	2.289	2.017			2	4_
	=	2.709.172	2.367.307	320.162	692.742	35.003	31.600

- (h)O valor de R\$1.209.596 registrado como "receita de serviços" refere-se à retomada no transporte no ano de 2020, após a queda em 2019, devido ao acidente de Brumadinho ocorrido naquele ano. A queda em "Outras receitas" está explicada na letra (b) desta mesma nota.
- (i) O aumento em "Outras receitas" em 2020 deve-se ao maior volume de provisão referente ao mecanismo de proteção de receita (*take or pay*) com a CSN Mineração.
- (j) O aumento nas "Receitas financeiras" em dezembro de 2020, refere-se à variação cambial na aquisição dos trilhos, conforme mencionado na letra (g) dessa mesma nota.

	Outras despesas operacionais/financeiras		
	2020	2019	
Ferrovia Centro Atlântica	12.998	11.886	
Gerdau Aços Longos S.A(k)	6.137	2.770	
Mitsui & Co. Ltda. (g)	7.694	980	
Vale S.A.	117	901	
Sepetiba Tecon S.A(l)	1.876	218	
Companhia Siderúrgica Nacional	-	187	
Confab Industrial S.A.	3	3	
Ternium do Brasil Ltda.	1	1	
	28.826	16.945	

- (k) Em 2020 ocorreu aumento das compras para atividade operacional da Companhia.
- (l) O aumento em 2020 refere-se às despesas de armazenagem e despesas portuárias da importação de trilhos, informado na nota (g) anteriormente.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis do pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, estão registradas no resultado do exercício como segue:

	Resultado	
	2020	2019
Benefícios de curto prazo	15.370	16.635
Benefícios pós- emprego	338	366
Outros benefícios de longo prazo	11.226	3.060
	26.934	20.061

Os benefícios do pessoal chave da administração incluem remuneração fixa, programa de participação no resultado, programa de remuneração variável, plano de previdência e outros.

O crescimento dos benefícios a longo prazo em 2020, pode ser justificado pela recuperação das provisões deste benefício, visto que em 2019 o acidente de Brumadinho trouxe uma redução destas provisões.

11. Outras contas a receber

	_	2020	2019
Valores a receber concessão e arrendamento	(a)	6.188	53.127
Valores a receber - outras vendas	(b)	5.221	5.092
Valores a receber subarrendamento	(c)	29.218	35.348
Demais contas a receber		2.414	3.644
Perdas de crédito esperadas	(d)	(3.959)	(3.677)
	=	39.082	93.534
Circulante		8.740	8.379
Não Circulante		30.342	85.155

⁽a) Os valores a receber de concessão e arrendamento contabilizados no ativo não circulante corresponde ao registro decorrente de sentença favorável em processo envolvendo o Poder Concedente sobre valores pagos a maior nas atualizações das parcelas trimestrais da concessão e arrendamento do período de outubro de 1997 a abril de 2001.

O detalhamento do andamento desse processo pode ser verificado na nota explicativa 11 letra (a) das demonstrações contábeis de 2019.

Em 21 de setembro de 2020, foi proferida decisão homologando o valor incontroverso de R\$49.132 e abrindo prazo à União para se manifestar quanto ao valor remanescente apontado pela MRS, resultante da correção monetária do saldo incontroverso até setembro de 2020. Em 9 de outubro de 2020, a Procuradoria da ANTT autorizou a compensação do valor incontroverso na próxima parcela do contrato de arrendamento.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Desta forma, em 15 de outubro de 2020, o valor foi efetivamente compensado na referida parcela do arrendamento.

Em 15 de janeiro de 2021, após autorização de compensação por parte da Procuradoria da ANTT, o saldo remanescente de R\$6.188 em 31 de dezembro de 2020 foi integralmente compensado na 95ª parcela do arrendamento e concessão.

- (b) Os valores a receber são decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, aluguéis e outros valores não relacionados ao serviço de frete ferroviário.
- (c) Os subarrendamentos, registrados a valor presente no ativo circulante e não circulante, referem-se a contratos de aluguel de imóveis em que a Companhia é o arrendador intermediário de um arrendamento principal, classificado como Ativo de Direito de Uso.
- (d) O valor provisionado para perdas de créditos esperadas foi mensurado considerando a dificuldade financeira do emissor, quebra de contrato com atraso de pagamento, probabilidade de falência do devedor e devedores em processo judicial para cobrança, além da aplicação de um percentual apurado nas perdas dos últimos dois anos sobre os valores em aberto na data das demonstrações contábeis.

A movimentação dos subarrendamentos no período foi como segue:

Subarrendamento	2020	2019
Em 1º de janeiro	46.321	99.281
Adições a contratos	3.481	4.288
Desreconhecimento de contratos (*)	(6.752)	(46.886)
Amortizações	(6.539)	(10.362)
Em 31 de dezembro	36.511	46.321
Juros a transcorrer		
Em 1º de janeiro	(10.973	(26.267)
Adições a contratos	(654)	(1.023)
Desreconhecimento de contratos (*)	2.131	11.612
Juros transcorridos	2.206	4.705
Em 31 de dezembro	(7.293)	(10.973)
Saldo líquido	29.218	35.348

^(*) O desreconhecimento de contratos deve-se, substancialmente, aos distratos ocorridos no período.

O fluxo de recebimentos futuros dos subarrendamentos, desconsiderando os juros a transcorrer, é como segue:

_	2021	Em até 5 anos	Total
Subarrendamento	7.253	29.258	36.511



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

12. Estoques

	_	2020	2019
Materiais de manutenção	(a)	115.473	97.306
Materiais em processo de recuperação		8.186	7.603
Importações em andamento		243	1.020
Combustíveis		7.777	8.292
Outros		10.495	9.872
Provisão para perdas por obsolescência	(b)	(9.821)	(4.615)
	_	132.353	119.478

- (a) Referem-se aos materiais que serão utilizados em serviços de manutenção própria, principalmente em locomotivas, vagões e via permanente.
- (b) Referem-se à provisão para perda de determinados materiais de manutenção considerados obsoletos ou de baixa rotatividade.

13. Tributos a recuperar

	_	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercador	ias		
e serviços – ICMS	(a)	58.933	71.112
(-) Provisão para perda de ICMS	(a)	-	(17.100)
PIS/COFINS a recuperar	(b)	50.379	65.267
Imposto de renda	(c)	57.360	58.813
INSS a recuperar	(d)	5.386	5.390
Outros	_	221	224
	=	172.279	183.706
Circulante		63.638	90.863
Não circulante		108.641	92.843

- (a) Referem-se, principalmente, aos créditos decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis. Em 2020, após acompanhar a utilização do saldo credor acumulado no último ano e revisão da projeção futura de receitas e débitos do imposto estadual, a provisão para perda de créditos de ICMS, constituída em anos anteriores, foi revertida por se verificar a capacidade de utilização dos referidos créditos pela Companhia dentro do prazo previsto pela legislação.
- (b) Referem-se, principalmente, aos créditos de bens do ativo fixo.
- (c) Do total de R\$57.360 em 2020, R\$24.717 é decorrente de decisão judicial favorável definitiva no processo nº 0006873-32.2009.4.02.5101, que reconheceu o direito à dedutibilidade das despesas com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) sem as limitações impostas pela Portaria Interministerial nº 326, Instrução Normativa nº 267/02 e outras normas infra-legais. O restante do valor, R\$32.643, refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras e sobre ganhos nas operações de derivativos swap. Como os rendimentos são tributados apenas no resgate das aplicações e na liquidação dos swaps, este valor inclui a provisão de IR fonte dessas operações.
- (d) Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 referem-se basicamente a créditos tributários a recuperar de Contribuição Previdenciária (parte empresa) decorrente de decisão judicial favorável definitiva no processo nº 0092045-52.2014.4.01.3400, que afastou a exigência dessa contribuição sobre os valores pagos às cooperativas.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A composição dos créditos de ICMS nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, registrados no ativo circulante, está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Composição créditos ICMS - circulante		
ICMS - RJ	12.668	23.689
ICMS - SP	17.061	21.416
Total circulante	29.729	45.105

14. Tributos diferidos

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

<u>-</u>	2020	2019
Ativo		
Provisão contingências	201.508	180.512
Provisões diversas	105.290	80.216
Provisão perda ativos	14.156	8.464
Provisão perda ICMS	-	5.814
Provisão plano de saúde	1.357	1.304
Outros	61	_
Total ativo	322.372	276.310
Passivo		
Amortização ajustes RTT	(120.057)	(140.219)
Depreciação	(54.068)	(114.148)
Instrumentos financeiros derivativos – swap (f)	(52.369)	(29.667)
Depreciação acelerada de vagões e locomotivas	(33.064)	(52.956)
Capitalização de juros	(105)	(105)
P&D depreciação acelerada 2008 / 2009 / 2012 Lei		
11.196/05	(1.921)	(2.830)
Total passivo	(261.584)	(339.925)
Total líquido	60.788	(63.615)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O valor de R\$322.372 (R\$276.310 31 de dezembro de 2019) refere-se ao ativo fiscal diferido. A Companhia estimou seu lucro tributável futuro para os próximos 5 anos e o mesmo demonstrou ser suficiente para cobrir as diferenças temporárias do ativo diferido. Desta forma, os ativos fiscais diferidos foram integralmente reconhecidos nas demonstrações contábeis de 2020.

O valor de R\$261.584 (R\$339.925em 31 de dezembro de 2019) refere-se ao passivo diferido o qual contempla a parcela de desconstituição (amortização) dos ajustes decorrentes do RTT – Regime Tributário de Transição. Em virtude desses ajustes a Companhia constituiu IRPJ/CSLL diferido das diferenças entre o resultado societário e fiscal, no valor de R\$241.001, o qual está sendo desconstituído pelo prazo remanescente do contrato de concessão conforme regras prescritas nos artigos 69 da Lei 12.793/14 e 174 da Instrução Normativa RFB nº 1515/14. O valor amortizado em 2020 foi de R\$20.162 (R\$20.224 em 2019), perfazendo um saldo de R\$120.057 em 31 de dezembro de 2020 (R\$140.219 em 2019).

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	2020	2019
Em 1º Janeiro	(63.615)	(201.095)
Depreciação	60.080	(90)
Provisões diversas	25.074	43.513
Provisão contingências	20.996	60.088
Amortização ajustes RTT	20.162	20.224
Depreciação acelerada de vagões e locomotivas	19.892	21.326
Provisão perda ativos	5.692	2.723
Instrumentos financeiros derivativos - swap	(22.702)	(8.586)
Provisão perda ICMS	(5.814)	(3.060)
P&D depreciação acelerada 2008/2009/2012 Lei		
11.196/05	909	1.316
Provisão plano de saúde	53	26
Outros	61	
Em 31 de Dezembro	60.788	(63.615)

15. Despesas antecipadas

		2020	2019
Seguros	(a)	5.625	13.121
Despesas antecipadas com pessoal		8.669	7.089
Despesas antecipadas com serviços		3.767	2.687
	_	18.061	22.897
Circulante		16.767	18.049
Não Circulante		1.294	4.848



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(a) Referem-se a pagamentos antecipados de seguros. Os valores em 31 de dezembro 2020 e 2019 referem-se ao saldo ainda não amortizado. A vigência e cobertura das apólices de seguros contratadas pela Companhia estão discriminadas na nota explicativa 38.

16. Outros ativos circulantes e não circulantes

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

	_	2020	2019
Depósitos judiciais	(a)	124.637	126.907
Adiantamentos a fornecedores	(b)	17.684	11.140
Adiantamentos a funcionários	(c)	9.628	8.960
Outros		7	6
	_	151.956	147.013
Circulante Não circulante		27.312 124.644	20.100 126.913

- (a) Referem-se a depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir interposição de recurso, nos termos da Lei. Os mesmos são atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. A distribuição está descrita na nota explicativa 28.1.
- (b) Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais e estrangeiros para aquisição de materiais e insumos que não correspondem ao ativo imobilizado.
- (c) Correspondem aos adiantamentos concedidos a funcionários como adiantamento de férias, empréstimos de férias e outros adiantamentos.

17. Imobilizado

17.1 Imobilizado em operação e em curso

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	2020						2019	
	Imobilizado em operação							
	Benfeitorias imóveis de terceiros	Locomotivas	Vagões	Outros	Total	Imobilizado em andamento	Total	Total
Custo								
Em 1º de janeiro	5.101.396	2.935.369	2.743.572	619.276	11.399.613	372.672	11.772.285	11.197.252
Adições	-	-	-	-	-	964.962	964.962	720.669
Transferências	289.167	143.847	74.252	12.639	519.905	(519.905)	-	-
Reversão (provisão) baixa Reclassificação direito de	77	(3.832)	(6.672)	(725)	(11.152)	-	(11.152)	(10.472)
uso	-	-	-	-	-	-	-	(31.077)
Baixas	(28)	(4.893)	(49.474)	(5.603)	(59.998)	(16.394)	(76.392)	(104.087)
Em 31 de dezembro	5.390.612	3.070.491	2.761.678	625.587	11.848.368	801.335	12.649.703	11.772.285
Depreciação								
Em 1º de janeiro Adições Reclassificação direito de	(2.227.930) (370.212)	(1.468.468) (221.470)	(1.234.8 77) (128.754)	(423.447) (41.993)	(5.354.722) (762.429)	-	(5.354.722) (762.429)	(4.759.519) (645.371)
uso	-	-	-	-	-	-	-	2.391
Baixas	5	1.596	27.906	5.532	35.039	-	35.039	47.778
Em 31 de dezembro	(2.598.137)	(1.688.342)	(1.335.725)	(459.908)	(6.082.112)		(6.082.112)	(5.354.721)
Valor residual líquido				-				
Em 31 de dezembro	2.792.475	1.382.149	1.425.953	165.679	5.766.256	801.335	6.567.591	6.417.564



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A movimentação do imobilizado de 2019 encontra-se publicada na nota explicativa 16 das demonstrações contábeis de 2019.

Reversão (provisão) para baixa de ativos

Locomotivas e Vagões

Os valores de R\$3.832 e R\$6.672 referem-se à constituição de provisão para corte de locomotivas e vagões, respectivamente.

Baixas

Locomotivas e Vagões

Os valores líquidos de R\$3.297 e R\$21.568, apresentados nos grupos de locomotivas e vagões, respectivamente, são decorrentes, principalmente, das baixas dos vagões inutilizados no ano de 2020 e das baixas de componentes para locomotivas e vagões.

Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização.

A baixa do imobilizado em andamento em contrapartida ao resultado de 2020 no valor deR\$16.394 refere-se, basicamente, a projetos de investimento de obras de que devido a decisão estratégica da Companhia, não serão realizados.

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$691 (R\$187 em 31 de dezembro de 2019). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 5,56% ao ano (6,94% no ano de 2019), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia.

Revisão de vida útil

Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus principais ativos. Desta forma, conforme laudo técnico emitido por consultoria especializada, bem como publicação no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2019, a partir de janeiro de 2020 a vida útil de alguns ativos e componentes foram alteradas conforme tabela abaixo:

	20	20	2019	
Grupos de ativos	%	Anos	%	Anos
Via permanente Trilho Dormente	7,69% 8,33%	13 12	10,00% 10,00%	10 10
Locomotivas Tempo médio de vida útil dos componentes	14,53%	3 a 17	12,97%	4 a 18
Vagões Tempo médio de vida útil dos componentes	14,35%	2 a 17	16,81%	2 a 13



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Devido à alteração da vida útil dos grupos de ativos listados acima, o impacto prospectivo foi no valor de R\$67.952.

As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos aplicadas no ano de 2020 estão demonstradas na nota explicativa 4.8.

A Companhia possui vagões e locomotivas dados em garantia de financiamentos. O valor residual em 31 de dezembro de 2020 e 2019, dos ativos dados em garantia é de R\$578.551 e R\$579.353, respectivamente.

17.2 Direito de uso em arrendamento

A movimentação e saldo dos ativos de Direito de Uso está demonstrada abaixo:

	2020						2019
	Bens vinculados à concessão	Veículos	Imóveis	Equipamentos de informática	Outros	Total	Total
Custo direito de uso							
Reconhecimento inicial Despesas pagas antecipadamente	2.067.106	15.088	6.382	36.327	738	2.125.641	1.946.688 163.392
Subarrendamento	1.799	-	-	-	-	1.799	-41.004
Adições	316.456	15.652	872	241	440	333.661	56.565
Em 31 de dezembro	2.385.361	30.740	7 .2 54	36.568	1.178	2.461.101	2.125.641
Depreciação direito de uso							
Reconhecimento inicial	(252.397)	(9.766)	(1.357)	(9.178)	(325)	(273.023)	(3.100)
Adições	(266.927)	(5.316)	(1.461)	(7.563)	(314)	(281.581)	(269.923)
Em 31 de dezembro	(519.324)	(15.082)	(2.818)	(16.741)	(639)	(554.604)	(273.023)
Em 31 de dezembro	1.866.037	15.658	4.436	19.827	539	1.906.497	1.852.618

A movimentação do direito de uso em arrendamento de 2019 encontra-se publicada na nota explicativa 16.2 das demonstrações contábeis de 2019.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

18. Intangível

O intangível está constituído da seguinte forma:

a) Aquisição/desenvolvimento de sistemas informatizados e software

		2019		
	Sistemas informatizados Projetos em e <i>software</i> andamento		Total	Total
Custo				
Em 1º de janeiro	220.091	12,222	232.313	233.344
Adições	-	25.752	25.752	13.289
Transferências	4.864	(4.864)	-	-
Reclassificação direito de uso	-		-	(3.545)
Baixas	(67)	-	(67)	(10.775)
Em 31 de dezembro	224.888	33.110	257.998	232.313
Amortização				
Em 1º de janeiro	(194.808)	-	(194.808)	(197.257)
Adições	(8.804)	-	(8.804)	(8.832)
Reclassificação direito de uso	-	-	-	709
Baixas	42	-	42	10.572
Em 31 de dezembro	(203.570)	-	(203.570)	(194.808)
Total	21.318	33.110	54.428	37.505

A movimentação do intangível de 2019 encontra-se publicada na nota explicativa 17 das demonstrações contábeis de 2019.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.

b) Adiantamento concessão

O ativo intangível também é composto pela parcela referente ao adiantamento da concessão (direito de outorga) no valor de R\$9.268 em 31 de dezembro de 2020 (R\$8.339 em 2019).



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

19. Fornecedores

		2020	2019
Valores a pagar a partes relacionadas Em moeda nacional Em moeda estrangeira	10 (a) (b)	92.400 268.253 10.353 371.006	49.849 184.264 190 234.303
Circulante Não circulante		331.614 39.392	197.349 36.954

- (a) O aumento verificado no saldo em dezembro de 2020 comparado com dezembro 2019 refere-se a aquisições de ativos no último mês de 2020, basicamente, locomotivas, obras de infraestrutura entre outras.
- (b) O aumento do saldo verificado em dezembro de 2020 quando comparado a dezembro de 2019, refere-se basicamente a compra de trilhos.

20. Obrigações sociais e trabalhistas

	2020	2019
PPR – Plano de Participação nos Resultados / Bônus	64.489	81.450
Provisão para férias e 13º salário	33.599	30.367
Salários a pagar	27.196	29.683
INSS	19.196	17.842
FGTS	6.599	5.365
IRRF a pagar	4.926	4.280
Outros	8.074	9.222
	164.079	178.209

21. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	2020	2019
Imposto de renda	159.793	170.743
Contribuição Social	47.472	38.292
	207.265	209.035



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

22. Outras obrigações fiscais

	2020	2019
COFINS (*)	13.614	68.546
PIS (*)	3.235	13.941
ICMS	21.056	13.089
INSS retido terceiros	3.865	3.870
ISS	2.844	2.489
Outros	5.741	4.436
	50.355	106.371

^(*) A redução do saldo deve-se, basicamente, ao pagamento destes tributos decorrentes do reconhecimento dos mecanismos de proteção da receita mencionados na nota explicativa 10(b) às demonstrações contábeis de 2019.

23. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

		2020	2019
Moeda nacional		_	
FINEM - BNDES	(a)	395.840	551.361
DULC - BNDES	(b)	-	101.355
FINAME e BNDES automático	(c)	8.964	17.231
Banco Safra	(d)	50.184	-
Banco Sumitomo	(e)	102.464	
		557.452	669.947
Custos da transação		(1.489)	(1.993)
		555.963	667.954
Moeda estrangeira			
Banco MUFG	(f)	653.077	607.008
Ajuste de <i>hedge</i> de valor justo - Banco MUFG		2.696	10.100
		655.773	617.108
Custos da transação		(6)	(29)
		655.767	617.079
<u>Debêntures</u>	(g)		
7ª Emissão	νο,	777.731	744.376
8ª Emissão		337.884	397.620
9ª Emissão		677.114	661.929
		1.792.729	1.803.925
Custos da transação		(16.451)	(23.436)
		1.776.278	1.780.489



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2020	2019
Total de empréstimos e financiamentos + custo da transação	2.988.008	3.065.522
Circulante Não Circulante	831.632 2.156.376	714.499 2.351.023

(a) As operações de FINEM, contratadas de forma direta e indireta junto ao BNDES possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais "spread" até 3,41% ao ano ou taxa fixa de 2,50% ao ano até 5,50% ao ano. Estes financiamentos serão utilizados para cobrir gastos que visam à redução do número de acidentes, a melhoria do ciclo operacional e a aquisição de material rodante, além da construção de passarelas, viadutos, passagens inferiores e projetos sociais. O prazo final de amortização desses contratos é 15 de junho de 2024. Essas operações têm como garantia recebível de contratos comerciais que perfazem, no mínimo, 130% do serviço da dívida, alienação fiduciária dos bens financiados e direitos emergentes. Em 2019 ocorreu uma captação no montante de R\$140.000, com taxa nominal de TLP +3,00% ao ano, porém, em setembro de 2020, liquidou a última parcela de amortização no montante de R\$ 11.692.

O saldo devedor desta modalidade apresenta-se menor em 2020 comparado com 2019 porque no último trimestre de 2020 a MRS optou em antecipar amortização no total de R\$81.810, de contratos que apresentavam maiores taxas de financiamentos.

(b) O DULC, operação direta com o BNDES, possuía taxa nominal igual à taxa efetiva e estava sujeito a encargos de TJLP mais "spread" de até 2,06% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Esta operação tinha como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de expansão da via permanente, de modernização e recuperação de ativos, de confiabilidade de infraestrutura, além de compras de locomotivas e projetos sociais. O prazo final de amortização desses contratos era 15 de junho de 2023, porém em outubro de 2020, a Companhia resolveu por antecipar o pagamento do principal no valor de R\$76.611. A garantia deste contrato era composta por recebíveis de contratos comerciais que perfaziam, no mínimo, 130% do serviço da dívida e direitos emergentes da concessão.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- (c) O FINAME e o BNDES automático são financiamentos com recursos do BNDES, repassados à Companhia de forma indireta via instituições financeiras, com taxa nominal iguais à taxa efetiva. Os FINAME's tiveram como finalidade a aquisição de vagões e locomotivas, enquanto a linha do BNDES automático financiou projeto de inovação tecnológica que prevê a redução do consumo de combustível nas locomotivas. Esses financiamentos estão sujeitos a encargos de TJLP mais "spread", equivalente a uma TIR (taxa interna de retorno) de 9,70% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. O prazo final de amortização desses contratos é 15 de janeiro de 2022. Estas operações possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens financiados. Ao longo de 2020 não ocorreram captações dessas modalidades de crédito e as amortizações foram de R\$ 8.236.
- (d)O financiamento junto ao Banco Safra refere-se a uma captação realizada em junho de 2020, no valor total de R\$50.000, na modalidade de CCB (Cédula de Crédito Bancário), com prazo de vencimento de 3 anos, a um custo de CDI+2,75%a.a. Nessa operação não há garantias contratuais e o objetivo da captação é suportar a necessidade de caixa da Companhia no curto e médio prazo.
- (e) O financiamento junto ao Banco Sumitomo refere-se a uma captação realizada em junho de 2020, no valor total de R\$100.000, na modalidade de CCB (Cédula de Crédito Bancário), com prazo de vencimento de 2 anos, a uma taxa de CDI+2,40%a.a. Nessa operação não há garantias contratuais e o objetivo da captação foi suportar a necessidade de caixa da Companhia no curto e médio prazo.
- (f) Os financiamentos junto ao Banco MUFG possuem taxa fixa nominal igual à taxa efetiva. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía três (3) captações ativas, sendo a primeira delas, contratada e desembolsada em maio de 2017, com juros de 2,49% ao ano no primeiro ano e, de 2,59% ao ano, nos anos seguintes até o final do contrato e, a segunda contratada e desembolsada em agosto de 2018, com juros de 4,82% ao ano, no primeiro ano e, de 4,59% ao ano para os demais, com a terceira delas, contratada e desembolsada em abril de 2019, com juros de 3,37% ao ano, nos primeiros seis meses, e de 3,49% ao ano, para os seis meses seguintes. Essas captações em dólar tiveram como objetivo o reforço do caixa da Companhia para os investimentos realizados. A Companhia não constituiu garantia para estes contratos e o prazo final de amortização é maio de 2020 para o firmado em 2017, agosto de 2023 para o desembolsado em 2018 e abril 2020 para o desembolsado em 2019. As captações vencidas em abril e maio de 2020 foram liquidadas no vencimento, nos montantes de US\$ 25.000 (R\$95.500) e US\$ 75.000 (R\$244.905) respectivamente.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em junho de 2020 ocorreram novas captações, no montante de (Iene) JPN\$7.723.200 em 3 operações distintas, via 4131, a uma taxa de câmbio de R\$0,0453, perfazendo em moeda local, o total de R\$350.000. Tiveram início em 9 de junho, sendo a primeira com prazo de vencimento de 1 ano, a uma taxa de 0,99% a.a., no montante de R\$150.000. A segunda operação, com prazo de vencimento de 2 anos, a uma taxa de 1,25% a.a., no montante de R\$50.000. E, por fim, a terceira operação, com prazo de vencimento de 3 anos, a uma taxa de 1,39%a.a., no montante de R\$\$150.000. As captações em moeda estrangeira tiveram como objetivo o reforço do caixa da Companhia para os investimentos realizados. A Companhia não constituiu garantia para estes contratos. Para todas as captações em moeda estrangeira foram contratadas operações de hedge visando proteção cambial.

(g) Debêntures:

• 7^a Emissão

Em 15 de fevereiro de 2015, a Companhia emitiu R\$550.726 em debêntures, sendo R\$336.340 relativos à 1ª série da emissão e R\$214.386 relativos à 2ª série da emissão. Devido à correção do valor da emissão prevista na escritura entre a data de emissão e a data de liquidação o total desembolsado foi de R\$555.003.

A emissão ocorreu nos termos da Instrução CVM nº 400, tendo sido emitidas 550.726 debêntures simples não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com o valor unitário de R\$1. Os recursos obtidos com a emissão foram utilizados integralmente para financiar os projetos de revitalização da via permanente e expansão do projeto de comunicação CBTC (*Communication Based Train Control*), aprovados e considerados prioritários pelo Ministério dos Transportes, razão pela qual as debêntures contam com benefícios de isenção tributária de acordo com a Lei nº 12.431.

A primeira série dessa emissão possui prazo de 7 anos, com amortização no 6º e 7º ano e está sujeita a uma taxa de IPCA + 5,9828% ao ano. Já a segunda série da emissão, possui prazo de 10 anos, com amortização no 8º, 9º e 10º ano e a sua taxa de juros é de IPCA + 6,4277% ao ano. O pagamento dos juros das duas séries é anual.

No dia 6 de abril de 2016, a Assembleia Geral de Debenturistas da 7ª emissão de debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das debêntures, pela renúncia da hipótese das debêntures virem a ter sua classificação de risco rebaixada em dois notches, em relação à classificação de risco das debêntures na data de emissão, até a data de 15 de fevereiro de 2024 e pelo pagamento de prêmio (flat), incidente sobre o valor nominal unitário devidamente atualizado, equivalente a 4,35% para as debêntures da 1ª Série e 5,35% para as debêntures da 2ª Série. Os prêmios foram pagos no dia 15 de abril de 2016, com base no valor nominal unitário atualizado do dia 14 de abril de 2016.

8^a Emissão

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia realizou sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 40 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 2ª e 3ª, totalizando uma captação de R\$400.000, sendo R\$217.960 alocados na 2ª série e R\$182.040 na 3ª série. A emissão poderia ter sido realizada em até 3 séries, mas, após procedimento de *bookbuilding*, foi definida a emissão apenas da 2ª e 3ª séries. com o cancelamento da 1ª série.

A 2^a série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 108,30% do CDI ao ano, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4^o e 5^o ano.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A 3ª série foi destinada exclusivamente aos debenturistas detentores dos papéis da 6ª emissão de debêntures da Companhia, no âmbito de operação de *Tender Offer*. Os debenturistas da 6ª emissão que aderiram ao *Tender Offer* venderam suas debêntures para a Companhia pelo valor na curva e adquiriram os papéis da 8ª emissão | 3ª série, destinada exclusivamente a estes investidores. A 3ª série da 8ª emissão foi emitida a uma taxa fixa de 109,50% do CDI ao ano, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 3°, 4° e 5° ano.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão, foram utilizados para reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

• 9ª Emissão

Em 15 de abril de 2019, a Companhia realizou sua 9^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 65 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 1^a e 2^a, totalizando uma captação de R\$650.000 mil, sendo R\$367.150 alocados na 1^a série e R\$282.850 na 2^a série.

A 1ª série foi colocada a mercado, com juros de IPCA+4,095%a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no último ano. A 2ª série foi colocada a mercado, com juros de 106,4% do CDI a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4° e 5° anos. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão foram utilizados para projetos de investimentos, reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:

	2022	2023	2024	Após 2024	Total
FINAME	2.743	255	-	-	2.998
FINEM	91.784	24.682	24.484	131.545	272.495
Debêntures	394.595	237.260	627.027	95.835	1.354.717
Banco MUFG	139.572	248.756	-	-	388.328
CCB	100.000	50.000			150.000
	728.694	560.953	651.511	227.380	2.168.538

Em 31 de dezembro 2020, os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não circulante				Total
	2021	2022	2023	2024	Após 2025	Total	CP + LP
DULC	132	110	44	-	-	154	286
FINEM	285	188	119	113	497	917	1.202
FINAME	1	_	_	-	-	-	1
Debêntures	5.365	3.116	2.888	5.003	80	11.087	16.452
Banco MUFG	1	2	2			4	5
	5.784	3.416	3.053	5.116	577	12.162	17.946



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o montante dos custos de transações incorrido em cada processo de captação foi:

	2020	2019
FINEM	11.692	140.000
(-) custos de captações	75	(1.232)
% custos/Valor captação	0,64%	(0,88%)
Banco SAFRA	50.000	-
(-) custos de captações	184	-
% custos/Valor captação	0,37%	-
Banco MUFG	350.000	95.500
(-) custos de captações	11.466	(29)
% custos/Valor captação	3,28%	(0,03%)
Debêntures 9ª emissão	-	650.000
(-) custos de captações	-	(5.890)
% custos/Valor captação	-	(0,91%)

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de índices financeiros. Todos os *covenants* foram atendidos em 31 de dezembro de 2020. As debêntures emitidas pela Companhia também possuem cláusulas restritivas relativas à manutenção de índices financeiros, que foram cumpridos em 31 de dezembro de 2020. As debêntures da 7ª emissão possuem cláusulas de manutenção de rating mínimo de classificação de risco atribuível pela *Standard and Poor's* e, que também foram atendidas no período informado. As debêntures da 8ª e 9ª emissão não possuem cláusulas de manutenção de rating mínimo de classificação de risco.

24. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis referentes aos direitos de uso da Companhia foram agrupados de acordo com sua natureza em:

<u>Bens vinculados à concessão</u>: contrato com a União referente aos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

<u>Máquinas e equipamentos, veículos</u>: aluguel de plataforma aérea, empilhadeira, veículos e demais.

Imóveis: locação de áreas, salas comerciais, garagens, edificações e outros.

Equipamentos de informática: equipamentos de informática, eletrônicos e software.

Outros: container e outros.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A movimentação e saldo dos arrendamentos mercantis estão demonstrados a seguir:

	2020			2019			
	Bens vinculados à concessão	Veículos	Imóveis	Equipamentos de informática	Outros	Total	Total
Arrendamento a							
pagar							
Reconhecimento							
inicial	2.428.011	6.185	6.810	22.490	560	2.464.056	2.767.122
Adições		17.616	684	-	452	18.752	4.968
Remensuração por							
atualização monetária	398.776		173		46	398.995	70.437
Pagamentos	(377.175)	(5.676)	(1.662)	(14.198)	(429)	(399.140)	(378.471)
Em 31 de dezembro	2.449.612	18.125	6.005	8.292	629	2.482.663	2.464.056
Juros a transcorrer							
Reconhecimento							- '
inicial	(553.100)	(600)	(1.243)	(2.277)	(44)	(557.264)	(698.461)
Adições/(Reversões)		(1.964)	(109)	(100)	(44)	(2.217)	(2.219)
Remensuração por							
atualização monetária	(82.320)		114		(5)	(82.211)	(16.545)
Juros transcorridos	149.139	577	415	1.852	34	152.017	159.961
Em 31 de dezembro	(486.281)	(1.987)	(823)	(525)	(59)	(489.675)	(557.264)
Valor residual líquid	o						
Em 31 de dezembro	1.963.331	16.138	5.182	7.766	570	1.992.988	1.906.792
Circulante	301.691	7.099	1.502	7.266	355	317.913	256.034
Não Circulante	1.661.640	9.039	3.680	500	215	1.675.075	1.650.758

O fluxo de pagamentos futuros dos arrendamentos mercantis é como segue:

2020

	2021	Em até 5 anos Longo prazo	Total
Bens vinculados à concessão	448.689	2.000.923	2.449.612
Veículos	8.526	9.599	18.125
Imóveis	1.696	4.309	6.005
Equipamentos de informática	7.778	514	8.292
Outros	394	235	629
	467.083	2.015.580	2.482.663



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

2019

	2020	Em até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Bens vinculados à concessão	381.941	1.798.527	247.543	2.428.011
Veículos	2.875	3.310	0	6.185
Imóveis	1.677	4.513	620	6.810
Equipamentos de informática	14.206	8.284	0	22.490
Outros	368	192	0	560
	401.067	1.814.826	248.163	2.464.056

25. Instrumentos financeiros

Operações com instrumentos financeiros

O cálculo do valor justo de aplicações (Equivalentes de caixa e Caixa restrito), segue a seguinte metodologia: para aplicações com carência inferior ou igual a 60 dias, considera-se o valor justo como sendo o próprio valor original. Caso a carência seja superior a 60 dias, calcula-se a rentabilidade pela taxa de juros contratada até o fim da carência, descontando-se, a seguir, por uma taxa mais elevada, equivalente a 110% da taxa contratada, o que representa uma penalidade pela eventual saída da aplicação no período de não liquidez.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, o cálculo segue a seguinte metodologia: para operações que possuem cotação pública de mercado para a taxa de juros de referência, calcula-se o fluxo até o vencimento com a taxa contratual e, em seguida, desconta-se pela taxa atualizada constante da fonte pública. Para os empréstimos e financiamentos que não têm fonte pública de taxa de juros, depois de calcular o fluxo até o vencimento com a taxa contratual, desconta-se pela taxa de juros de operações semelhantes em termos de risco e prazo. Eventualmente, no caso de dificuldade em identificar financiamentos comparáveis, a taxa de desconto é determinada através de consulta a instituições financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, que divergem dos seus valores justos:

	2020)	201	9
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Contas a receber de clientes	667.245	618.958	1.074.904	1.041.496
Passivos Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	655.773	674.003	617.108	617.452
mocua estrangena	033.773	0/4.003	01/.100	01/.432





O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que: (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.

Classificação dos instrumentos financeiros

A seguir apresentamos os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia e sua respectiva classificação.

2020

			2020				=019	
	Custo amortizado	VJR	VJR/operações usadas para <i>hedge</i>	Total	Custo amortizado	VJR	VJR/operações usadas para <i>hedge</i>	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	_	1.206.484	-	1.206.484	-	668.264	-	668.264
Caixa restrito	-		-	-	-	2.033	-	2.033
Contas a receber e outras contas a receber	706.327	-	-	706.327	1.168.438	-	-	1.168.438
Ganhos em operações com instrumentos								
financeiros derivativos – swap/NDF			143.681	143.681			96.344	96.344
Total	706.327	1.206.484	143.681	2.056.492	1.168.438	670.297	96.344	1.935.079
	01-		2020				VID /	
	Custo amortizado	VJR	VJR/operações usadas para <i>hedge</i>	Total	Custo amortizado	VJR	VJR/operações usadas para <i>hedge</i>	Total
Passivos	umortizudo	VOR	usuus para neage	10111	umortizado	7011	para neage	10111
Fornecedores	371.006	-	-	371.006	234.303	-	-	234.303
Empréstimos e financiamentos em R\$	557.452	_	_	557.452	669.947	-	_	669.947
Empréstimos e financiamentos em USD	653.077	-	-	653.077	607.008	-	-	607.008
Debêntures	1.792.729	-	-	1.792.729	1.803.925	-	-	1.803.925
Perdas em operações com instrumentos								
financeiros derivativos – swap/NDF	-	-	10.570	10.570	-	-	12.277	12.277
Ajuste em <i>Hedg</i> e de Valor Justo - Banco de MUFG	-	-	2.696	2.696	-	-	10.100	10.100
Total	3.374.264		13.266	3.387.530	3.315.183		22.377	3.347.560

2019



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

<u>Instrumentos financeiros derivat</u>ivos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

A política contábil para registro das operações com instrumentos financeiros derivativos estão descritas na nota explicativa 4.3 (v) destas demonstrações.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Desta forma, as operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2020 apresentavam saldo líquido a receber no valor de R\$133.111 (R\$84.067 em 31 de dezembro 2019), tiveram suas variações contabilizadas no resultado.

A Companhia documentou tal relação de *hedge* como *Hedge* de Valor Justo após testes comprovarem que é esperado que o *hedge* seja altamente eficaz na compensação do valor justo do objeto de *hedge*. A efetividade é mensurada a partir de testes de eficácia prospectiva, avaliada pelo método estatístico de redução da volatilidade. O *hedge* é considerado eficaz quando o quociente de eficácia do teste prospectivo resultar em valor igual ou maior que 80%.

A partir da designação do *swap* para *Hedge* de Valor Justo, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

_	Objeto de Heage de valor justo		
	2020	2019	
Dívida Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	653.077 2.696	607.008 10.100	

	Impacto no resultado financeiro		
	2020	2019	
Receita financeira			
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	16.370	626	
Despesa financeira			
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	(8.966)	(6.875)	
Resultado financeiro líquido (a)	7.404	(6.249)	

⁽a) Para todos os contratos junto ao banco MUFG foram contratadas operações de *hedge accounting*, ocasionando no equilíbrio do resultado financeiro líquido.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Derivativo designado para Hedge de Valor Justo	Valor de referência (nocional)		Valor just	o
Tipo de contrato	2020	2019	2020	2019
Contratos de <i>swap</i> (dólar fixo para real CDI)				
Posição ativa				
Dólar Fixo	206.000	546.405	276.091	617.451
Posição passiva				
Real CDI	206.000	546.405	(207.318)	(551.924)
Contratos de <i>swap</i> (Iene fixo para real CDI)			68.773	65.527
Posição ativa	050 000			
Iene Fixo	350.000	-	397.912	-
Posição passiva	050,000		(00)	
Real CDI	350.000	-	(371.388)	-
		-	26.524	65.527
Total dos contratos de <i>swap</i>		=	95.297	65.527
Provisão de IR sobre ganhos				
swap		-	(15.621)	(10.185)
Total dos contratos de <i>swap</i>				
líquidos de IR		=	79.676	55.342
Classificados				
No ativo circulante			26.585	51.645
No ativo não circulante			56.615	4.702
No passivo circulante		<u>-</u>	(3.524)	(1.005)
		=	79.676	55.342





Valor de referência Derivativos não designados Valor justo (nocional) Tipo de contrato 2020 2019 2020 2019 Contratos de hedge Posição ativa Dólar Fixo (dólar fixo para real CDI) IPCA (IPCA para CDI) 367.150 367.150 432.952 407.335 Euro variável para dólar fixo Dólar variável para real fixo 23.016 23.751 Posição passiva Real CDI (dólar fixo para real CDI) CDI (IPCA para CDI) 367.150 367.150 (368.977)(371.429)Euro variável para dólar fixo Dólar variável para real fixo 23.016 (22.969)Total dos contratos de *hedge* 35.906 64.757 Provisão de IR sobre ganhos swap/NDF (11.322)(7.181)Total dos contratos de swap/NDF líquidos de IR 28.725 **53.435** Classificados No ativo circulante 655 No ativo não circulante 59.826 39.997 No passivo circulante (7.046)(11.272)28.725 **53.435**

A Companhia conta com instrumentos derivativos de *swap* e NDF (contrato a termo de dólar). Para a ponta ativa do swap, atrelada a uma taxa fixa mais variação cambial do dólar ou iene, é calculado o valor pela taxa contratual até o vencimento e depois descontado pela taxa de cupom cambial correspondente ao prazo restante, compreendido entre o vencimento e a data atual. Finalmente, o valor resultante deste cálculo é convertido pela taxa de câmbio atual.

Para a ponta passiva, que está atrelada a um determinado percentual de CDI, calcula-se o valor até o vencimento aplicando este percentual. Em seguida, desconta-se este resultado à taxa de 100% do CDI até a data atual



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2020				2019	
Descrição	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos
Contratos de "swap"						
Posição ativa Moeda estrangeira	556.000	674.003		546.405	617.451	Abr/20
IPCA	367.150	432.952	Até	367.150	407.335	Até
Posição passiva			Abr/24			Abr/24
Taxas (pós)	923.150	947.682		913.555	923.353	
Contratos de "NDF"						
Posição ativa						
Moeda estrangeira	23.016	23.751	Jan/21	-	-	
Posição passiva			-			
Moeda estrangeira	23.016	22.969		-	-	



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Instituição Contratos de swe	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocional Contratado	Valor Justo 2020(R\$) Ativa	Valor Justo 2020 (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa – Passiva (*)
Banco MUFG	Iene+ 1,131%	CDI+1,75%	09/06/20	09/06/21	R\$150.000	170.276	154.366	15.910
Banco MUFG	Iene+ 1,42%	CDI+2,40%		09/06/22	R\$50.000	56.890	52.994	3.896
Banco MUFG	Iene+ 1,58%	CDI+2,75%	09/06/20	09/06/23	R\$150.000	170.744	164.027	6.717
Banco MUFG	USD+ 4,59%	106%,5% do CDI		23/08/23	R\$206.000	276.091	207.318	68.773
Banco Mizuho	IPCA+4,095%	100,64% do CDI	30/04/19	15/04/24	R\$100.000	117.922	100.498	17.424
Banco JP Morgan	IPCA+4,095%	100,64% do CDI	30/04/19	15/04/24	R\$267.150	315.030	268.479	46.551
Total						1 106 050	047 680	150 951

Total 1.106.953 947.682 159.271

Instituição	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocional Contratado	Valor Justo (R\$) Ativa	Valor Justo (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa – Passiva (*)
Contratos de NDF						
Sumitomo	17/12/20	20/01/21	USD 1.579	8.192	7.990	202
Sumitomo	10/12/20	20/01/21	USD 1.500	7.780	7.600	180
Sumitomo	10/06/20	20/01/21	USD 1.500	7.780	7.379	401
Total				23.751	22.969	783

^(*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$26.943, totalizando uma posição líquida de derivativos de R\$133.111 (R\$ 84.067 em 31 de dezembro de 2019)





Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia ao mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros, avalia o risco de crédito de suas contrapartes e o seu próprio risco de crédito.

25.1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$133.111 em 31 de dezembro de 2020, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa) foram classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram transferências entre os níveis.

	2020		2019	1
	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível
Ativos (Passivos) Instrumentos financeiros derivativos				
ativos Instrumentos financeiros derivativos	143.681	2	96.344	2
passivos	(10.570)	2	(12.277)	2
Caixa restrito	-	2	2.033	2



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

25.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta Administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A política para gestão de risco financeiro é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de: (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos; e (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela Administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.

25.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destacase que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

25.4. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a perdas financeiras provocadas por alterações nas taxas de juros em que possui exposição.

A Companhia possui passivos relevantes atrelados a taxas de juros locais pós-fixadas como CDI, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, TLP e IPCA.

Os riscos associados ao CDI, à TJLP e ao IPCA são avaliados por análise de sensibilidade. Essa análise pressupõe cenários razoavelmente possíveis, foi considerada a valorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado. No cenário I as taxas são aumentadas em 25% e no cenário II em 50% em relação às taxas do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando a perspectiva de mercado para o fechamento de 2020, tendo como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2020, além da TJLP e TLP na mesma data.





Na tabela abaixo, é possível notar que, na data-base de 31 de dezembro de 2020, o aumento de 50% tanto do CDI quanto da TJLP (cenário II), representa uma perda próxima a 2,7%(em 2019 a perda foi inferior a 5%)de aumento da posição passiva líquida, aproximadamente, R\$29.004 (R\$25.744 em 31 de dezembro de 2019), quando comparado ao cenário provável, motivo pelo qual a Companhia decidiu não utilizar instrumentos derivativos para minimizar esta exposição.

milhões de reais				
	Base 2020	Provável	Cenário I	Cenário II
CDI	4,00%	1,90%	2,38%	2,85%
TJLP	5,57%	4,94%	6,18%	7,41%
TLP	6,76%	6,53%	8,16%	9,80%
IPCA	4,21%	4,38%	5,48%	6,57%
Passivo	2.200,6	2.282,9	2.302,6	2.323,3
Dívida em TJLP	23,3	24,5	23,9	24,3
Dívida em TLP	230,2	245,2	249,0	252,8
Dívida em CDI	776,3	791,1	794,8	798,5
Dívida em IPCA	1.170,8	1.222,1	1.234,9	1.247,7
Ativo	1.198,7	1.221,4	1.227,1	1.232,8
Aplicações	1.198,7	1.221,4	1.227,1	1.232,8
Posição Líquida Descoberta	1.001,9	1.061,5	1.075,5	1.090,5

	Valor contábil			
	2020	2019		
Instrumentos de taxa				
fixa				
Passivos financeiros	957.227	880.834		
Instrumentos de taxa pós fix	ada			
Ativos financeiros	1.206.484	670.297		
Passivos financeiros	2.050.494	2.210.146		



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano e Iene Japonês, que encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com variação positiva em 29,33% e 35,74%, respectivamente (8,42% e 5,33% positivas em 31 de dezembro de 2019, respectivamente).

	2020	2019
Ativos em moeda estrangeira		
Importações em andamento	35.170	1.769
Adiantamento a fornecedores	27.307	132
Instrumentos financeiros de swap/NDF	696.201	617.451
	758.678	619.352
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(10.353)	(190)
Empréstimos e financiamentos	(655.773)	(617.108)
	(666.126)	(617.298)
Exposição líquida	92.552	(2.054)

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito do derivativo mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2020 e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia, considerando cenários razoavelmente possíveis. O primeiro passo foi à identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que se resumiu à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 31 de dezembro de 2020 e os juros acumulados no período. Adicionalmente, foram traçados três cenários, o provável, o II com deterioração de 25% e, o III, com deterioração de 50%, na variável de risco.

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2020 divulgada no último Relatório Focus - Bacen. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

A tabela abaixo representa a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para o ano de 2020.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Risco de apreciação do Dólar - 2020

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge</i> - Ponta Ativa de <i>Swap</i>	3,076	75,741	151,482
Dívida em US\$	(2,879)	(70,904)	(141,808)
Risco líquido da operação no aumento US\$	0,196	4,837	9,674

	Exposição	Exposição provável	Real	Taxa esperada	Imp	acto
	(R\$ milhões)	(R\$ milhões)			25%	50%
Ponta Ativa de <i>Swap</i>	299,9	303,0	5,20	5,25	6,56	7,88
Dívida em Dólar	(303,8)	(306,9)	5,20	5,25	6,56	7,88

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge</i> - Ponta Ativa de <i>Swap</i>	0,552	99,616	199,232
Dívida em Iene	(0,521)	(93,889)	(187,779)
Risco líquido da operação no aumento Y\$	0,032	5,72 7	11,453

	Exposição	Exposição provável Real esp		Taxa esperada	Impacto	
	(R\$ milhões)	(R\$ milhões)			25%	50%
Ponta Ativa de <i>Swap</i>	397,9	398,5	0,05	0,05	0,06	0,08
Dívida em Iene	(375,0)	(375,6)	0,05	0,05	0,06	0,08

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Iene.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(c) Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento. A Companhia não possui garantias tomadas em relação ao contas a receber.

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	1.206.484	668.264
Caixa restrito	-	2.033
Contas a receber Instrumentos financeiros derivativos –	706.327	1.168.438
swap/NDF	133.111	84.067
Total	2.045.922	1.922.802

Contas a receber

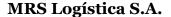
A Companhia possui suas contas a receber concentradas em alguns grandes clientes, que também são suas partes relacionadas (nota 10), representando, em 31 de dezembro de 2020, 91,06% do contas a receber total (88,62% em 31 de dezembro de 2019).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas "cativas" e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para estes clientes, o risco de crédito é relativamente baixo em função dos mecanismos mitigadores definidos em contrato de prestação de serviços.

Para os clientes com transporte de cargas não "cativas", a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Nestes casos, a Companhia exerce uma gestão diária de crédito e cobrança. Em caso de inadimplência, a cobrança é realizada com o envolvimento direto dos gestores responsáveis pelos contratos comerciais, podendo até mesmo acarretar na suspensão temporária da prestação do serviço.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia está sujeita a risco de crédito associado às aplicações financeiras que realiza, tendo em vista o risco de insolvência das instituições na qual a Companhia mantém suas aplicações, que pode implicar na perda total ou parcial dos recursos aplicados. Em 31 de dezembro de 2020, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$1.206.484 (R\$668.264 em 31 de dezembro de 2019), que estavam alocados em conta corrente ou em aplicações em CDB ou em operações compromissadas que possuíam compromisso formal de recompra pelas instituições financeiras.





O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	2020
AAA+	456.014
AA+	662.818
A ou A+	87.652
Total	1.206.484

(d) Risco de liquidez

A operação da Companhia é intensa em capital e parte desse investimento é financiada por empréstimos e financiamentos. Esta alavancagem, conforme demonstrada no quadro abaixo, gera uma demanda por caixa, sendo certo que o investimento da Companhia possui elevada resiliência, ou seja, sendo possível ajustá-lo ao longo do exercício conforme a evolução dos negócios.

A posição atual de caixa da Companhia é considerada robusta e, contou ao longo do ano de 2020, com o reforço tanto da geração de caixa, quanto por novas captações de longo prazo, estando estes movimentos já direcionados internamente e estrategicamente distribuídos no primeiro semestre de 2020. Tais recursos farão frente a parte do montante estimado de investimentos para o ano.

A Companhia conta, atualmente, com linhas de financiamento de longo prazo já aprovadas junto a instituições financeiras relevantes. Entretanto, em virtude da posição de caixa considerada confortável e resiliente geração de caixa, a Administração avalia internamente o melhor momento para tais captações.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2020 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Fluxo de Caixa não Descontado – 2020				
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 – 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$) Partes relacionadas Fornecedores	410.774 70.128 248.620	515.746 45.386 346	850.506 109.263 29.640	877.940 47.061	125.983 12.822
Passivos financeiros derivativos					
Swaps utilizados para hedge (USD)	19.390	23.441	49.340	67.101	_





	Fluxo de Caixa não Descontado – 2019				
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos e					
debêntures (R\$)	550.429	245.337	741.002	953.861	851.355
Partes relacionadas	36.361	14.700	15.233	47.259	3.233
Fornecedores	158.928	188	25.338	,	<u> </u>
Passivos financeiros derivativos					
			_		
Swaps utilizados para hedge (USD)	61.041	(216)	(101)	4.803	-

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na nota explicativa 23. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.

Gestão do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida em relação ao capital no final do período é apresentada a seguir:

	2020	2019
Total do passivo	6.816.894	6.621.672
(-) Caixa e equivalente de caixa	1.206.484	668.264
(-) Caixa restrito	-	2.033
Obrigações líquidas	5.610.410	5.951.375
Total do patrimônio líquido Relação das obrigações líquidas sobre o	4.312.819	4.102.527
capital	1,301	1,451





26. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	430.282	503.355
Apropriação para reserva legal	(21.514)	(25.168)
Lucro líquido base para determinação dos dividendos	408.768	478.187
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	102.192	119.547
Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores	179	151
Total dos dividendos a pagar	102.371	119.698

Em 16 de dezembro de 2020 foram pagos R\$ 239.094 de dividendos (R\$247.768 em 10 de dezembro de 2019), sendo R\$119.547 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$119.547 referentes a dividendos adicionais aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2020, utilizando parte da reserva de lucros retidos no ano anterior.

27. Concessão a pagar

	2020	2019
Concessão a pagar	7.443	6.474
	7.443	6.474
Circulante	4.706	3.812
Não circulante	2.737	2.662

O saldo de concessão a pagar refere-se ao reconhecimento das obrigações a pagar incorridos até esta data. As obrigações do passivo circulante são registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

O contrato de concessão prevê que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário, a Companhia pagará o total em 117 parcelas trimestrais, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2020 restavam 23 parcelas trimestrais de R\$ 5.698, totalizando o montante de R\$131.048. Estes valores já incluem a capitalização dos juros contratuais de 10,99% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2020 com base no último índice contratual, IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O fluxo de pagamentos futuros de concessão é como segue:

	2021	Em até 5 anos	<u>Total</u>
Concessão	22.791	108.257	131.048

Em janeiro de 2021, a Companhia efetuou o pagamento da 94ª parcela da concessão, no montante de R\$ 5.698.

28. Provisões

As provisões estão compostas da seguinte forma:

		2020	2019
Provisões para contingências Provisão para indenização/multas ao Poder	28.1	597.326	526.458
Concedente	28.2	49.441	42.553
Provisão ILP (Incentivos de Longo Prazo)		17.257	12.568
Provisões para benefícios pós emprego	28.3	4.934	6.190
Outras provisões		47.285	33.458
		716.243	621.227
Circulante		53.762	39.835
Não circulante		662.481	581.392

28.1 Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas, classificadas com risco de perda provável, estão registradas no passivo não circulante e compostas como segue:

	Previdenciárias e trabalhistas (*)	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total de passivos provisionados
Em 31 de dezembro de 2018	155.584	68.878	125.268	-	349.730
Adições	194.214	13.013	202	2.073	209.502
Atualizações Baixas por reversões ou	44.667	3.479	3.806	575	52.527
pagamentos	(74.964)	(9.233)	-	(1.104)	(85.301)
Em 31 de dezembro de 2019	319.501	76.13 7	129.276	1.544	526.458
Adições	51.974	31.689	26.417	-	110.080
Atualizações Baixas por reversões ou	35.283	6.151	5.750	301	47.485
pagamentos	(47.846)	(38.569)	(173)	(109)	(86.697)
Em 31 de dezembro de 2020	358.912	75.408	161.270	1.736	597.326

^(*) R\$352.788 (R\$313.465 em 2019) relativos aos processos de natureza trabalhista e R\$6.124 (R\$6.036 em 2019) relativo à provisão de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito ("NFLD") para exigência de contribuições sociais devidas ao INSS, concernentes ao adicional do SAT.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Considerando os depósitos e bloqueios realizados no decorrer do processo, e que ainda se encontram pendentes, o impacto futuro esperado em caixa está composto como segue:

31 de dezembro de 2020 Quantidade Valor Provisão Valor envolvido **Depósitos** de ações (*) (**) líquido Previdenciárias e trabalhistas 1.688 692.916 358.912 (a) (52.972)305.940 Cíveis **(b)** 1.050 444.369 75.408 (17.102)58.306 **Fiscais** (c) 786.463 161,270 (52.985)108.285 153 **Ambientais** (d) 38.588 69 1.736 (1.578)158 Outras (e) 9 (124.6<u>37)</u> 2.969 1.962.336 597.326 472.689

(*) Referem-se aos processos classificados com prognóstico de perda possível e provável.

Em 2020, após análises realizadas pela área Jurídica, a administração da Companhia decidiu por atualizar o critério de provisionamento das contingências trabalhistas e cíveis, visando maior governança e melhor aderência ao que vem sendo decidido recentemente nos tribunais. O impacto total desta atualização de estimativa nas demonstrações contábeis de 2020 foi de R\$50.947, sendo R\$23.402 nas provisões trabalhistas e R\$27.545 nas provisões cíveis.

(a) Previdenciárias e trabalhistas

As ações previdenciárias e trabalhistas pleiteiam, em sua maioria, a cobrança de horas extraordinárias, parcelas indenizatórias, adicional noturno, intervalo intrajornada, equiparação salarial e adicionais de periculosidade e insalubridade.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total das causas trabalhistas, classificadas com prognóstico de perda possível ou provável, era de R\$ 692.916 (R\$758.427 em 31 de dezembro de 2019). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado R\$358.912 para 940 processos (R\$319.501 em 31 de dezembro de 2019), considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações.

A adição no valor de R\$51.974 deve-se, principalmente, à mudança do critério de provisionamento das contingências trabalhistas adotadas a partir de dezembro de 2020 conforme mencionado anteriormente nesta nota explicativa, além de mudanças de prognóstico, resultados dos cálculos decorrentes de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período e aumento da quantidade de reclamações trabalhistas provisionadas.

Da mesma forma, as baixas de provisão no período perfazem um total de R\$47.846 e referem-se a pagamentos de execução, pagamentos por celebração de acordos e mudanças de prognóstico. Isoladamente, a maior baixa, no valor de R\$11.184,foi decorrente de celebração de acordo.

^(**) Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Outrossim, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui uma contingência de R\$227.280 para 748 processos com estimativa de perda possível, os quais não possuem valores constituídos de provisão.

(b) Cíveis

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 1.050 ações, onde figura como ré em 939 e como autora/confrontante/interessada em 111.

As ações em que a Companhia figura como ré, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários, legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio, contratos de concessão e arrendamento, manutenção no plano de saúde e índice de reajuste de mensalidade de plano de saúde após desligamento de funcionários da Companhia, equiparação do plano de previdência privada ao plano da RFFSA e Ações Civis Públicas. O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$429.392 (R \$487.146 em 31 de dezembro de 2019). Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R\$75.408 (R\$68.677 em 31 de dezembro de 2019), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda provável.

As ações em que a Companhia figura como autora/confrontante/interessada, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade contratual, ações de cobrança pelo uso da faixa de domínio, usucapião e reintegração de posse. O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$14.977. Em 2019, o valor envolvido representava R\$52.638,neste valor estavam incluídas discussões de multas aplicadas à Companhia. Em 2020, após análise, entendemos que o valor correspondente a essas discussões, assim como seus respectivos valores provisionados ficariam melhor representados junto à contingência passiva, totalizada no 2º parágrafo deste item.

Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui provisão de R\$ 0,02 para esses processos (R\$7.460 em 31 de dezembro de 2019).

Foram adicionadas novas provisões no valor de R\$31.689 decorrente, principalmente, à mudança do critério de provisionamento das contingências cíveis adotadas a partir de dezembro de 2020 conforme mencionado anteriormente nesta nota explicativa, além de decisões condenatórias modificativas do valor originalmente provisionado proferido durante o período.

Foram realizadas baixas de provisão no período, totalizando R\$38.569, decorrentes da efetivação dos gastos provisionados. A maior baixa foi no valor de R\$22.273.

A Companhia é parte em 887 processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constitui provisão, uma vez que o prognóstico de perda foi classificado como possível. O valor das contingências com prognóstico de perda possível é de R\$351.943 em 31 de dezembro de 2020 (R\$459.833 em 31 de dezembro de 2019) e se refere, principalmente, a ações de indenização decorrentes de acidentes ferroviários.

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$750 por sinistro.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(c) Fiscais

A Companhia é parte em 181 processos judiciais e administrativos de natureza tributária, sendo 28 ações de recuperação de tributos e 153 ações com risco possível ou provável de saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total envolvido para as 153 ações era de R\$786.463 (R\$611.184 em 31 de dezembro de 2019). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado o valor de R\$161.270 (R\$129.276 em 31 de dezembro de 2019), referente a 13 processos considerando a perspectiva de perda provável.

A composição das provisões fiscais com prognóstico de perda provável está composta conforme a seguir:

- ICMS Os valores de R\$74.742 e R\$53.346 referem-se a processos em que se discute o aproveitamento de créditos de ICMS, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, pela aquisição de bens classificados pela Companhia como insumos ou integrantes do ativo permanente, glosados pela fiscalização estadual.
- Execução fiscal para cobrança de débitos de IRPJ no valor de R\$745, extintos por compensação.
- Execução fiscal para cobrança de débitos de COFINS no valor de R\$404, extintos por compensação.
- Ação anulatória de débitos incluídos de ofício pela autoridade fiscal no REFIS da Crise instituído pela Lei nº 11.941/09, na modalidade de "Parcelamento de saldos remanescentes dos programas REFIS, PAES, PAEX e Parcelamentos Ordinários", no valor de R\$1.667.
- Mandado de Segurança PIS COFINS Receitas Financeiras, no valor de R\$ 27.857.
- Autuação ICMS MG remessa para conserto sem retorno, no valor de R\$2.080.
- Autuação ICMS RJ creditamento indevido na aquisição de diesel, no valor de R\$429.

A Companhia tem 140 processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis. O valor de R\$625.193refere-se a ações que versam, em sua maioria, sobre:

- Autos de infração para glosa de créditos de PIS e COFINS sobre arrendamento, tráfego mútuo e direito de passagem no valor de R\$ 144.206.
- IPTU imunidade recíproca. R\$62.879, referem-se a processos administrativos e judiciais relativos à cobrança indevida de IPTU sobre imóveis operacionais, objeto do contrato de concessão, cedidos à Companhia pela União Federal para prestação do serviço de transporte.
- PIS e COFINS tráfego mútuo: R\$17.597, referem-se à exigência do PIS e da COFINS sobre o ingresso de valores a título de tráfego mútuo no caixa da Companhia e, ato contínuo, transferidos a terceiros (receita de outra concessionária).
- PIS e COFINS variação cambial: R\$32.440 referem-se a exclusão dos valores decorrentes de variação cambial da base de cálculo do PIS e da COFINS.
- Não homologação de compensações e desconsideração de pagamentos de diversos tributo: R\$39.178
- Autuação ICMS RJ por suposta ausência de escrituração do Livro CIAP: R\$14.564
- Autuação ICMS RJ por suposta ausência de escrituração de notas fiscais: R\$ 647



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(d) Ambientais

A Companhia é parte em 17 processos judiciais e 52 processos administrativos cujo objeto versa sobre matéria ambiental. Em 31 de dezembro de 2020, o valor total envolvido nas referidas ações judiciais era de R\$38.588 (R\$32.264 em 31 de dezembro de 2019). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado o valor de R\$1.736 referente a 1 processo considerando a perspectiva de perda provável naquela ação, permanecendo os demais como perda 'possível'.

(e) Outras

A Companhia tem 8 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados e vigentes, sendo 2 decorrentes de matéria trabalhista e 6 de matéria cível. Os TACs de matéria trabalhista visam (i) garantir aos dirigentes sindicais o pleno exercício das atividades que tem por objeto a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria profissional e (ii) o preenchimento do percentual de empregados com deficiências estabelecido pelo art. 93 da Lei 8.213/91. Na área cível, existem 6 TACs: (i) no município de Guarujá, versando sobre melhorias da sinalização de segurança, regularização de área da faixa de domínio e disponibilização de caçamba para resíduos; (ii) no município de Santos Dumont, para instalação de janelas acústicas no Fórum da localidade; (iii) no município de Santo André, para reformas de imóveis dentro do pátio ferroviário de Paranapiacaba; (iv) no município de Congonhas, para a construção de 1 viaduto e 2 passarelas no Bairro do Pires; (v) no município de Resende, para reforma do galpão da Estação Ferroviária de Engenheiro Passos e; (vi) no município de Conselheiro Lafaiete, para a doação de veículo à Polícia Militar e contratação de empresa para a produção de filmes de apresentação do patrimônio cultural de cidades integrantes da Comarca de Conselheiro Lafaiete e Piranga

28.2 Provisão para indenização/multas ao Poder Concedente

O valor de R\$49.441 (R\$42.553 em 2019) registrado no passivo não circulante é referente a provisão de processos em curso junto ao Poder Concedente, decorrentes do resultado do diagnóstico de saneamento e regularização dos imóveis patrimoniais, além de alguns processos administrativos e penalidades em curso junto a ANTT, com prognóstico de perda provável.

28.3 Provisões para benefícios pós emprego

Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores da MRS a partir da data de criação do plano. O plano é de contribuição definida e a Companhia não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$6.015 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$6.394 em 2019), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existiam passivos em nome da Companhia decorrentes do plano de previdência complementar.

Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-paga mento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente, e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011.

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.

Em 31 de dezembro de 2020, o plano contava com 15.887 vidas na Bradesco Saúde e 665 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 16.552 vidas.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme determina o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$36.497 em 31 de dezembro de 2020 (R\$41.025 em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de saúde no valor de R\$4.934 (R\$6.190 em 2019), os quais foram devidamente provisionados no passivo não circulante.

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	2020	2019
Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro	6.190	4.156
Despesa reconhecida no exercício	506	413
Ganho nas obrigações	(1.762)	1.621
Passivo atuarial em 31 de dezembro	4.934	6.190





b. Movimentação do passivo atuarial:

	2020	2019
Passivo atuarial no início do exercício	6.190	4.156
Custo do serviço corrente	83	45
Juros sobre a obrigação atuarial	423	368
Benefício pago diretamente ao plano	(349)	(320)
(Ganho)/Perda - redimensionamento do custo		
incluído em outros resultados abrangentes	(1.413)	1.941
Passivo atuarial em 31 de dezembro	4.934	6.190

c. Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do próximo exercício:

	2021
Custo do serviço corrente	92
Juros sobre as obrigações atuariais	392_
Total da despesa a ser reconhecida	484

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

Taxa de desconto	4,23% a.a.
Inflação de longo prazo	3,80% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	2,32% a.a.
Fator de envelhecimento	De o a 24 anos: 1,5% a.a.
	De 25 a 54 anos: 2,5% a.a.
	De 55 a 79 anos: 4,5% a.a.
	Acima de 80 anos: 2,5% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela Generalli Companhia de Seguros. Em 2020, a Companhia contribuiu com R\$874 (R\$813 em 2019) com seguro de vida de seus funcionários.





29. Outras obrigações

		2020	2019
Obrigação contratual com partes relacionadas	10(d/e)	191.583	76.931
Receita diferida		0	6.409
Combustível consignado		7.777	8.292
Outras obrigações a pagar		5.285	6.115
	_	204.645	97.747
Circulante		55.267	31.362
Não circulante		149.378	66.385

30. Patrimônio líquido

(a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$2.047.268(R\$1.917.306 em 2019), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais classes "A" e "B".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o capital autorizado é de R\$2.500.000. De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 25 de março de 2020, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$129.962 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2020, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

	Ações Ordin	árias	Ações Preferenciais		Capital Total	
Acionista	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	37.666.526	20,00%	74.301.916	48,99%	111.968.442	32,93%
Companhia Siderúrgica Nacional	26.611.282	14,13%	36.765.916	24,24%	63.377.198	18,64%
CSN Mineração S.A.	25.802.872	13,70%	37.536.000	24,75%	63.338.872	18,63%
Usiminas Participações e Logística S.A.	37.513.650	19,92%	342.805	0,23%	37.856.455	11,13%
Vale S.A.	36.270.703	19,26%	769.304	0,51%	37.040.007	10,89%
Gerdau S.A.	4.460.128	2,37%	-	-	4.460.128	1,31%
Railvest Investments	14.747.620	7,83%	-	-	14.747.620	4,34%
Minoritários	5.259.906	2,79%	1.951.372	1,28%	7.211.278	2,13%
	188.332.687	100,00%	151.667.313	100,00%	340.000.000	100,00%



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Direito das ações

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

(c) Reserva de lucros – reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, após constituição de R\$ 21.514 sobre o lucro acumulado do exercício, o saldo da Reserva Legal passou a ser de R\$ 342.047 (R\$ 320.533 em 2019).

(d) Reserva de lucros – reserva para investimentos

Conforme informado na nota 26, em dezembro de 2020 foram pagos dividendos adicionais no valor de R\$119.547, utilizando parte das reservas de investimentos.

A administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes para expansão no valor de R\$306.576, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Adicionalmente, foi proposto o aumento do capital social no valor de R\$104.271 utilizando parte das reservas de investimentos a ser aprovado pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$ 1.809.492 (R\$1.726.735 em 2019).

(e) Dividendo adicional

Em 16 de dezembro de 2020 foram pagos R\$119.547 referentes a dividendos adicionais aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2020, utilizando parte das reservas de investimentos, constituída em anos anteriores, representando 25% do lucro líquido do exercício de 2019.

Não houve declaração de valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório em 31 de dezembro de 2020.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(f) Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se aos ganhos atuariais do plano de saúde, apurados em conformidade com o CPC 33 (R1).

	Ganhos atuariais	IRPJ/CSLL	Total
2019	10.326	(2.335)	7.991
Ganhos	1.413	337	1.750
2020	11.739	(1.998)	9.741

31. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais, exceto valores por ação):

	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido do exercício	430.282	503.355
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (lucro básico)	166.834	166.834
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (lucro diluído)	90.284	90.284
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Denominador para lucros diluídos por ação	348.208	348.208
Lucro básico/diluído por ação ordinária	1,211	1,417
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico/diluído por ação preferencial - A	1,333	1,559
Lucro básico/diluído por ação preferencial - B	1,333	1,559

A Companhia não detém ações em circulação com potencial de diluição ou outros instrumentos que poderiam resultar na diluição do cálculo do lucro por ação.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

32. Receita líquida de serviços

	2020	2019
Receita bruta de serviços	3.890.220	3.483.747
Impostos sobre vendas	(285.255)	(282.938)
Receita líquida de serviços	3.604.965	3.200.809

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas.

Os contratos de prestação de serviços com os clientes estabelecem os preços e as previsões de toneladas a serem transportadas durante o período de vigência. A receita é reconhecida conforme mencionado na nota explicativa 4.17.

33. Despesas por natureza

•		2020	2019
Depreciação e amortização	(a)	(1.049.931)	(921.226)
Mão de obra e encargos sociais		(605.162)	(624.619)
Combustíveis/lubrificantes		(479.072)	(476.943)
Serviços de terceiros		(291.276)	(257.282)
Insumos/outros materiais		(176.104)	(146.417)
Partilhas de fretes		(95.393)	(107.035)
Custos acessórios de transporte		(22.654)	(25.411)
Custo da concessão		(21.001)	(18.550)
Despesas com seguro		(12.327)	(10.501)
Aluguel veículos e equipamentos operacionais		(10.618)	(6.656)
Honorários da administração Provisão de perdas esperadas em créditos de		(4.805)	(4.591)
liquidação duvidosa		(283)	(564)
Crédito presumido ICMS MG		64.238	61.335
Outros		(73.979)	(75.812)
		<u>(2.778.367)</u>	(2.614.272)
Custo dos serviços prestados		(2.517.730)	(2.377.782)
Despesas com vendas		(13.440)	(14.036)
Despesas gerais e administrativas		(247.197)	(222.454)
		(2.778.367)	(2.614.272)

⁽a) O aumento do custo de depreciação em 2020 quando comparado a 2019 é decorrente, em grande parte, da revisão de vida útil dos ativos conforme nota explicativa 17.1





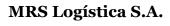
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

34. Outras receitas e outras despesas operacionais

		2020	2019
Outras receitas operacionais			
Receita de indenização	10.b	239.085	-
Multas contratuais (a)	10.b	62.371	671.110
Receitas alternativas		35.217	32.068
Venda de materiais (sucata/excesso estoque)		27.072	33.354
Reversão de provisão para perda de ativos circulantes	12/13	11.894	9.000
Seguros (b)		5.271	41.793
Reversão de outras provisões passivas		517	1.880
Receita na venda de imobilizado		-	2.163
Reversão de provisão para perda de ativos circulantes e não circulantes		-	4.233
Reversão de provisões multas/indenizações Poder Concedente		-	541
Outras receitas		8.393	36.139
		389.820	832.281
Outras despesas operacionais			
Execuções por perdas processuais		(80.959)	(55.830)
Impostos sobre vendas e outras receitas		(34.685)	(72.830)
Baixa de ativo imobilizado e Intangível	17 e 18	(24.984)	(16.740)
Perda de créditos tributários	•	(22.701)	(28.537)
Demais despesas tributárias		(16.421)	(14.680)
Baixa de projetos de investimento	17.1	(16.394)	(14.053)
Custo das receitas alternativas	-	(9.652)	(9.257)
Despesas com patrocínios (incentivos fiscais)		(8.733)	(8.894)
Provisão para perda de ativos não circulantes		(7.958)	(12.216)
Provisões multas/indenizações Poder Concedente	28.2	(6.618)	-
Convênio com municípios		(4.082)	(5.806)
Doações		(3.200)	2.207
Ajuste/baixa de estoque		(934)	-
Indenizações ao Poder Concedente		(796)	(326)
Custo na venda de materiais (sucata/excesso estoque)		(643)	(3.320)
Provisões para contingências		-	(124.376)
Outras despesas		(14.678)	(11.516)
		(253.438)	(376.174)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		136.382	456.107

⁽a) Os valores de R\$62.371 e R\$671.110 em 2020 e 2019, respectivamente, são decorrentes do reconhecimento dos mecanismos de proteção de receita e seus respectivos impactos tributários. A redução do valor em 2020 deve-se a retomada em parte dos volumes transportados após o acidente de Brumadinho em 2019 e à repactuação, em 2020, dos volumes de transporte para os próximos anos.

⁽b) Do valor de R\$41.793 em 2019, R\$38.815 deve-se a provisão de recebimento do ressarcimento dos ativos danificados pelo rompimento da barragem pertencente a Vale S.A na Mina do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais, ocorrido em 25 de janeiro de 2019.





Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

35. Receitas e despesas financeiras

	_	2020	2019
Receitas financeiras			
Instrumentos financeiros derivativos - swap		293.174	54.421
Variação cambial e monetária		129.404	145.461
Ajuste a valor presente de contas a receber e subarrendamento		31.406	34.562
Rendimentos s/ aplicações financeiras		30.148	44.686
Ajuste de marcação a mercado - <i>hedge accounting</i>	25	7.404	-
Juros		2.292	2.184
Outras receitas financeiras		5.096	31.175
Outrus recertus infunceirus	=	498.924	312.489
	_	12 2 1	
Despesas financeiras			
Variação cambial e monetária		(469.337)	(213.613)
Juros		(172.771)	(192.363)
Ajuste a valor presente arrendamentos	24	(152.017)	(159.961)
Ajuste de marcação a mercado - <i>hedge accounting</i>	25	-	(6.249)
Outras despesas financeiras	_	(21.213)	(25.214)
	=	(815.338)	(597.400)
	_		
Resultado financeiro líquido	_	(316.414)	(284.911)





Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

36. Tributos sobre o lucro

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	646.566	757.733
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal:	219.832	257.629
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	(3.548)	(3.251)
Ajuste de estoque	351	576
Despesas com doações	578	278
Perda com investimento audiovisual	-	20
Despesa com projeto empresa cidadã	403	318
Incentivos fiscais	(15.163)	(16.139)
Baixa de projetos de investimento	5.574	4.778
Outros	4.709	6.918
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	216.284	254.378
Corrente	340.349	391.521
Diferido	(124.065)	(137.143)
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	216.284	254.378
Alíquota fiscal efetiva total	33,45%	33,57%
Alíquota fiscal efetiva total – correntes	52,64%	51,67%
Alíquota fiscal efetiva total – diferidos	-19,19%	-18,10%





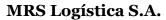
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

37. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

37.1 Venda de imobilizado

Na demonstração dos fluxos de caixa, o resultado da venda de imobilizado compreende:

	2020	2019
Valor contábil líquido Lucro da alienação de imobilizado	<u> </u>	35 2.128
Valores recebidos na alienação de imobilizado	<u> </u>	2.163
37.2 Efeito nas atividades de investimento		
	2020	2019
Pagamento de investimentos de anos anteriores Aquisição no período de imobilizado a prazo	(1.332) 170.947	(126.188) 75.000
Efeito nas atividades de investimento	169.615	(51.188)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado



37.3 Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamento

			2020			
	Empréstimos bancários	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total	Instrumentos financeiros	Dívida total
Empréstimos e financiamentos 31/12/2019	1.285.032	1.780.490	1.906.792	4.972.314	(84.067)	4.888.247
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(384.323)	(142.736)	(399.140)	(926.199)	235.400	(690.799)
Novas captações	511.692	-	-	511.692	-	511.692
Pagamentos do principal	(843.016)	(60.680)	(247.123)	(1.150.819)	235.400	(915.419)
Pagamento de juros	(52.993)	(82.056)	(152.017)	(287.066)	-	(287.066)
Custo da transação	(6)	-	-	(6)	-	(6)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	311.020	138.525	485.336	934.881	(284.444)	650.437
Aquisição/novos arrendamentos	-	-	16.535	16.535	-	16.535
Remensuração por atualização monetária Amortizações custos da transação/deságio			316.784	316.784		316.784
debêntures	533	8.417	-	8.950	-	8.950
Variação monetária e cambial	310.487	130.108	152.017	592.612	(284.444)	308.168
Empréstimos e financiamentos 31/12/2020	1.211.729	1.776.279	1.992.988	4.980.996	(133.111)	4.847.885



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Os pagamentos relacionados a fornecedores de investimento são apresentados no fluxo de caixa como atividades de financiamento. Em 2020, foi efetuado o pagamento de R\$1.332 referente a investimentos de anos anteriores.

_			2019			
-	Empréstimos bancários	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total	Instrumentos financeiros	Dívida total
Empréstimos e financiamentos 31/12/2018	1.377.230	1.099.895	29.729	2.506.854	(58.640)	2.448.214
Movimentações que afetaram o fluxo de						
caixa	(184.527)	550.158	(378.471)	(12.840)	23.713	10.872
Novas captações	280.500	650.000	-	930.500	-	930.500
Pagamentos do principal	(405.413)	(9.402)	(218.510)	(633.325)	23.713	(609.613)
Pagamento de juros	(59.585)	(84.541)	(159.961)	(304.086)	-	(304.086)
Custo da transação	(29)	(5.900)	-	(5.929)	-	(5.929)
Movimentações que não afetaram o fluxo						
de caixa	92.329	130.437	2.255.534	2.478.300	(49.140)	2.429.161
Reconhecimento inicial	-	-	2.038.932	2.038.932	-	2.038.932
Aquisição/novos arrendamentos Remensuração por atualização	-	-	2.749	2.749	-	2.749
monetária	-	-	53.892	53.892	-	53.892
Amortizações	525	8.055	-	8.580	-	8.580
Variação cambial	91.804	122.382	159.961	374.147	(49.140)	325.008
Empréstimos e financiamentos 31/12/2019	1.285.032	1.780.490	1.906.792	4.972.314	(84.067)	4.888.247

Os pagamentos relacionados a fornecedores de investimento são apresentados no fluxo de caixa como atividades de financiamento. Em 2019, foi efetuado o pagamento de R\$126.188 referente a investimentos de anos anteriores.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

38. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	31 de março de 2021	250.000	5.000
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de agosto de 2021	40.000	750
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	31 de outubro de 2021	60.000	200

Observações:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

39. Eventos subsequentes

Reunião do Conselho de Administração

De acordo com a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. A Companhia atingiu esse limite em 31 de dezembro de 2020 e em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 24 de março de 2021, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$104.271 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Administração: Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Viktor Nigri Moszkowicz

Presidente

Alejandro Daniel Laiño
Carlos Hector Rezzonico
Elder Rapachi
Enéas Garcia Diniz
Fátima Aparecida Chaves de Aleixo
Luis Fernando Barbosa Martinez
Marcelo Leite Barros
Sonia Zagury

Membros da Diretoria Executiva

Guilherme Segalla de Mello Diretor Presidente, Comercial e de Operações

Alexandre Claro Fleischhauer Diretor de Engenharia e de Manutenção

Félix Lopez Cid Diretor de Recursos Humanos

Fabrícia Gomes de Souza Diretora de Finanças, Desenvolvimento e Relação com Investidores

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Daniel Dias Olivio Henrique Rocha Martins Luiz Gustavo Bambini de Assis



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, de Operações e Comercial, Diretoria Executiva e demais Diretores da MRS Logística S.A., sociedade por ações de capital aberto, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("INSTRUÇÃO"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021	
Guilherme Segalla de Mello Diretor Presidente, Comercial e de Operações	Alexandre Fleischhauer Diretor de Engenharia e Manutenção
Félix Lopez Cid Diretor de Recursos Humanos	Fabrícia Gomes de Souza Diretora de Finanças, Desenvolvimento e Relação com Investidores
Demais Diretores não integrant	es da Diretoria Executiva
Daniel Dias Olivio	Henrique Rocha Martins
Luiz Gustavo Bambini de Assis	



Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, de Operações e Comercial, Diretoria Executiva e demais Diretores da MRS Logística S.A., sociedade por ações de capital aberto, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("INSTRUÇÃO"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 24de março de 2021 Guilherme Segalla de Mello Alexandre Fleischhauer Diretor Presidente, Comercial e Diretor de Engenharia e Manutenção de Operações Félix Lopez Cid Fabrícia Gomes de Souza Diretor de Recursos Humanos Diretora de Finanças, Desenvolvimento e Relação com Investidores Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva Daniel Dias Olivio Henrique Rocha Martins Luiz Gustavo Bambini de Assis

Orçamento de capital

MR

Exercício de 2020

Aos Acionistas da MRS Logística S/A

Apresentamos a seguir a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2020, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 24 de março de 2021, bem como a realização do Orçamento de Capital de 2020.

Retenção de lucros:

A Administração propôs a retenção dos lucros remanescentes em reserva de expansão/investimentos no valor de R\$306.576, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia.

Orçamento de capital:

O orçamento de capital será financiado pelos lucros retidos no exercício de 2020 e pelos recursos decorrentes da atividade de financiamento de 2021.

Com relação aos projetos constantes no Orçamento de Capital para o exercício findo em 2020, foram realizados 83,8% dos valores previstos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

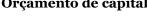
Em milhares de Reais

Investimentos	Orçado 2020	Realizado 2020	Realizado (-) Orçado
Via permanente ¹	522.144	432.950	(89.194)
Material rodante ²	281.619	253.481	(28.138)
Programa SMS ³	31.864	16.091	(15.773)
Sistemas de eletroeletrônica	19.567	15.829	(3.738)
Diversos	82.068	66.696	(15.372)
Total	937.262	785.047	(152.215)

- 1. Investimentos em expansão, confiabilidade de infra e modernização de via permanente
- 2. Investimentos em aquisição, confiabilidade e modernização de material rodante
- 3. Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho

Em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 24 de março de 2021, os Conselheiros deliberaram propor em Assembleia Geral de Acionistas, a retenção de R\$306.576 correspondente a 75% do lucro do exercício de 2020, após constituição da Reserva Legal, para custeio de parte dos investimentos previstos no orçamento de capital do exercício de 2021.

Orçamento de capital



Exercício de 2020



O orçamento de capital para o exercício de 2021 está composto pelas seguintes fontes de recursos:

Total das fontes de recursos	1.459.361
Captações 2021	405.168
Caixa	1.054.193
Fontes de recursos	Em minares de Reais

A seguir é apresentado o resumo das aplicações do Orçamento de Capital para o exercício de 2021:

Investimentos	Orçado 2021
Material rodante ¹	704.792
Via Permanente ²	600.618
Programa SMS ³	46.144
Sistemas de eletroeletrônica	25.195
Diversos	82.612
Total	1.459.361

- Investimentos em aquisição, confiabilidade e modernização de material rodante 1.
- Investimentos em expansão, confiabilidade de infra e modernização de via permanente 2.
- Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho 3.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021

A diretoria